

2015/2019

Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Barrancos – Caderno II



Gabinete Técnico Florestal
Câmara Municipal de Barrancos
2015/ 2019

PMDFCI

Caderno II – Plano de Ação

Índice

1. Enquadramento do plano no âmbito do sistema de gestão territorial e no sistema nacional de defesa da floresta contra incêndios (SDFCI)	5
2. Modelo de combustíveis, cartografia de risco e prioridades de defesa da floresta contra incêndios florestais	6
2.1 Modelo de combustíveis florestais	7
2.2 Cartografia de Risco	10
3. Objectivos e Metas do PMDFCI	16
3.1 Identificação da Tipologia do Concelho	16
3.2 Objectivos e Metas do PMDFCI	17
4. Eixos Estratégicos	17
4.1 Eixo 1 – Aumento da Resiliência do Território aos Incêndios Florestais	17
4.1.1 Levantamento da Rede de Defesa da Floresta Contra Incêndios (RDFCI)	18
4.1.2 Planeamento das Ações referentes ao 1.º Eixo Estratégico	24
4.2. Eixo 2 – Redução da Incidência dos Incêndios	27
4.2.1 Avaliação	28
4.2.2. Identificação de comportamentos de risco associados aos pontos de início e dos grupos alvo	29
4.2.3. Identificação das situações previstas na legislação passíveis de fiscalização na área do DFCI	30
4.2.4. Planeamento de ações referentes ao 2.º eixo estratégico	30
4.2.5. Sensibilização (SNDPCI)	30
4.2.6. Fiscalização	32
4.2.7. Metas e Indicadores	33
4.3. Eixo 3 – Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios	35
4.3.1 Avaliação	36
4.3.2. Vigilância e Detecção nas diferentes fases de perigo	36
4.3.3. Tempo de chegada da 1.ª intervenção nas diferentes fases de perigo	38
4.3.4. Rescaldo e vigilância pós-incêndio nas diferentes fases de perigo	39
4.3.5 Planeamento das ações referentes ao 3.º eixo estratégico	39
4.4. Eixo 4 – Recuperação e Reabilitação de Ecossistemas	40
4.4.1. Avaliação	41
4.5. Eixo 5 – Adaptação de uma Estrutura Orgânica e funcional eficaz	43
4.5.1. Avaliação	43
4.5.2. Planeamento das ações referentes ao 5.º eixo estratégico	44

Índice de Figuras

Figura 1: Enquadramento do PMDFCI do Município de Barrancos com outros Instrumentos de Ordenamento do Território.	5
Figura 2: Mapa do Modelo de Combustíveis Florestais.....	10
Figura 4: Mapa de Perigosidade de Incêndio do Concelho de Barrancos.....	13
Figura 5: Mapa de Risco de Incêndio do Concelho de Barrancos	14
Figura 6: Mapa de Prioridade de Defesa do Concelho de Barrancos.....	16
Figura 7 – Mapa da rede Viária Florestal	22
Figura 8 – Mapa da rede de Pontos de Água	23
Figura 9 – Mapa da rede de faixas de gestão de combustíveis.....	26
Figura 10 – Mapa da rede de vigilância e deteção	38

Índice de Quadros

Quadro 1: Modelos de combustíveis adoptados pela Equipa de Reflorestação (adaptado de Cruz, 2005; CRRRA, 2006 in Guiomar, 2007)	9
Quadro 2: Relação entre Perigosidade, Vulnerabilidade, Valor e Risco.)	12
Quadro 3: Valores atribuídos à Vulnerabilidade no modelo de Risco de Incêndio	12
Quadro 4: Variáveis utilizadas para o cálculo do Risco de Incêndio.	12
Quadro 5: Quantis de Risco de Incêndio.....	15
Quadro 6 – Capacidade da Rede de Pontos de Água.....	23
Quadro 7 – Intervenção nas FGC e MPGC (2015-2019).....	26
Quadro 8 – Intervenção na RVF (2015-2019).....	27
Quadro 9 – Intervenção na RPA (2015-2019)	27
Quadro 10 – Causas Ocorrências Incêndio (2004-2016).....	28
Quadro 11 - Identificação de comportamentos de risco associados aos pontos de início e dos grupos alvo	29
Quadro 12 - Ações de fiscalização realizadas no período 2015-2019.....	30
Quadro 13 - Ações de sensibilização para o período 2015-2019.....	31
Quadro 14 - Metas anuais para as ações de sensibilização (período 2015-2019)	33
Quadro 15 - Metas anuais para as ações de fiscalização (período 2015-2019).....	34
Quadro 16 - Estimativa orçamental anual e entidade responsável pelas ações de sensibilização definidas.....	34
Quadro 16 (cont.) - Estimativa orçamental anual e entidade responsável pelas ações de sensibilização definidas	35
Quadro 17 - Estimativa orçamental anual e entidade responsável pelas ações de fiscalização definidas	35
Quadro 18 - Relação entre o número de incêndios florestais e o número total de equipas de vigilância e deteção (móveis e PV) nas fases de perigo – Alfa, Bravo, Charlie, Delta e Echo (2004 / 2016).....	38
Quadro 19 - Relação entre o número de incêndios florestais e equipas / elementos ATI nas fases de perigo – Alfa, Bravo, Charlie, Delta e Echo (2004 / 2016).....	39
Quadro 20 – Relação entre os Indicadores anuais, as ações a desenvolver e as Metas a atingir nas fases de perigo – Alfa, Bravo, Charlie, Delta e Echo.....	40

Quadro 21 – Responsáveis e Orçamento: Ações Vigilância e deteção, 1.ª intervenção, rescaldo e vigilância pós-	40
---	----

1. Enquadramento do plano no âmbito do sistema de gestão territorial e no sistema nacional de defesa da floresta contra incêndios (SDFCI)

Ocupando cerca de 66% da área total do concelho de Barrancos, a área florestal assume um papel determinante em matéria de ordenamento do território e preservação ambiental.

Sendo fundamental para o futuro da floresta do município, é necessária a implementação de um modelo de desenvolvimento sustentável que permite a valorização e protecção deste património local.

A elaboração e gestão das acções preconizadas no PMDFCI do concelho de Barrancos, estão enquadrados no sistema de planeamento e gestão territorial, como o Plano Director Municipal, Plano Regional de Ordenamento Florestal do Baixo Alentejo (PROFBA), dos Planos Sectoriais da Rede Natura, Plano de Ordenamento de Albufeiras, Planos de Ordenamento das áreas protegidas e do Plano Nacional de Prevenção e Protecção da Floresta Contra Incêndios.

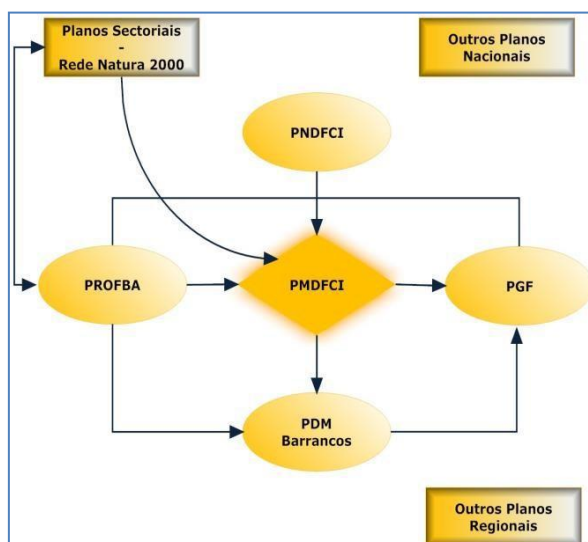


Figura 1: Enquadramento do PMDFCI do Município de Barrancos com outros Instrumentos de Ordenamento do Território.

O presente PMDFCI, constitui um plano de âmbito municipal, elaborado de acordo com o “Guia Técnico para Elaboração do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios”, editado pela Autoridade Florestal Nacional (AFN), actual Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF), em Abril de 2012. Nele estão contidas todas as orientações necessárias para as acções de prevenção, previsão e programação integrada das intervenções das diferentes entidades envolvidas, na eventualidade de ocorrência de incêndios.

O PMDFCI para o concelho de Barrancos visa operacionalizar a nível municipal as seguintes orientações contidas no Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 65/2006, de 26 de maio e no Plano Distrital de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Beja (PDDFCI-Beja):

Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios

O PNDFCI pretende contribuir a par de demais legislação para a definição de uma estratégia e a articulação metódica e equilibrada de um conjunto de acções com vista a fomentar a gestão activa da floresta, criando condições propícias para a redução progressiva dos incêndios florestais. Para alcançar os seus objectivos e metas preconiza-se uma implementação articulada e estruturada em cinco eixos estratégicos de atuação:

1. Aumentar a resiliência do território aos incêndios florestais;
2. Reduzir a incidência dos incêndios;
3. Melhorar a eficácia do ataque e da gestão dos incêndios;
4. Recuperar e reabilitar os ecossistemas e comunidades;
5. Adaptar uma estrutura orgânica e funcional eficaz. Este plano é complementado com o Plano Operacional Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios que, em conjunto, servirá para operacionalizar as metas, objectivos e as acções aqui propostas.

O PNDFCI define ainda, como um dos objetivos primordiais, o reforço da organização de base municipal, onde serão consolidadas e integradas as diferentes ações de prevenção e proteção da floresta, através da elaboração e execução do PMDFCI, considerando-o como “um instrumento operacional de planeamento, programação, organização e execução de um conjunto de ações de prevenção, pré-supressão e reabilitação de áreas ardidas”. Os PMDFCI são elaborados pela Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra incêndio com o apoio dos Gabinetes Técnicos Florestais (GTF) e pelos Serviços Municipais de Proteção Civil e executados pelas diferentes entidades, produtores florestais e outros proprietários, envolvidos na gestão do território.

A operacionalização do PMDFCI, em particular para as ações de vigilância, deteção, fiscalização, 1ª Intervenção e combate, é concretizada através de um "Plano Operacional Municipal" (POM), que particulariza a execução destas ações de acordo com o previsto na carta de síntese e no programa operacional do PMDFCI.

2. Modelo de combustíveis, cartografia de risco e prioridades de defesa da floresta contra incêndios florestais

Existe um conjunto de fatores que contribuem para a ignição e propagação dos incêndios florestais. Alguns, de natureza física como a topografia, o clima ou a vegetação são relativamente estáveis num dado lugar. Outros estão associados à actividade humana ou às condições climáticas e variam consideravelmente no tempo (DGF, 2002).

Esta complexidade explica porque os incêndios não ocorrem em igual número e intensidade nos diversos dias e locais e justifica a importância do conhecimento de um conjunto de características biofísicas, fisiográficas, sociais e históricas, altamente relacionadas com: (1) a vulnerabilidade do território aos incêndios florestais, traduzida no potencial de um determinado complexo combustível se inflamar e de suportar a propagação de um fogo, com base nas suas características estruturais, no seu estado vegetativo e localização; (2) e com um

maior ou menor risco de incêndio, ou seja, com a probabilidade de se iniciar um incêndio devido à presença de agentes causais (DGF, 2002).

2.1 Modelo de combustíveis florestais

O tipo de combustíveis presentes no território é um dos fatores que mais condiciona o comportamento e progressão do incêndio, pelo que é de extrema importância o conhecimento da realidade do território em causa. Os modelos de combustível consistem num conjunto de parâmetros relativos ao tipo de vegetação, com características conhecidas, sendo que a atribuição de um modelo existente a uma determinada mancha de vegetação com características ditas homogêneas pode fazer-se se com recurso a vários métodos complementares entre si, nomeadamente a chaves dicotómicas e fotográficas, como por exemplo os trabalhos realizados pelo ICONA (1990) e por Cruz (2005) para a região Centro de Portugal, ou ainda através de processos de análise espacial e modelação geográfica.

O mapa de combustíveis florestais apresentados foi elaborado com recurso à classificação do trabalho de foto interpretação sobre fotografia aérea de 2006, apoiada nos modelos desenvolvidos pelo *Northern Forest Fire Laboratory* (NFFL), cuja tradução para a realidade do território português foi baseada na publicação do ICONA (1990): "*Clave fotografica para la identificacion de modelos de combustible*". *Ministerio de Agricultura Pesca y Alimentacion* (Espanha) levada a cabo pelo projecto Geofogo/CNIG para a Península Ibérica.

Para cada modelo integrou-se a caracterização do comportamento do fogo em diferentes ambientes tendo por base o trabalho desenvolvido por Cruz (2005), pois assim estes modelos poderão constituir um fator adicional de apoio à decisão com utilidade. Os modelos usados, genericamente, são os seguintes (**Quadro 1**):

Grupo	Modelo	Descrição	Aplicação
Herbáceo	1	Pasto fino, seco e baixo, com altura abaixo do joelho, que cobre completamente o solo. Os matos ou as árvores cobrem menos de 1/3 da superfície. Os incêndios propagam-se com grande velocidade pelo pasto fino. As pastagens com espécies anuais são exemplos típicos.	Montado. Culturas agrícolas permanentes. Pastagens anuais ou perenes. Restolhos.
	2	Pasto contínuo, fino, seco e baixo, com presença de matos ou árvores que cobrem entre 1/3 e 2/3 da superfície. Os combustíveis são formados pelo pasto seco, folhada e ramos caídos da vegetação lenhosa. Os incêndios propagam-se rapidamente pelo pasto fino. Acumulações dispersas de combustíveis podem incrementar a intensidade do incêndio.	Matrizes mato/herbáceas resultantes de fogo frequente (e.g. giestal). Formações lenhosas diversas (e.g. pinhais, zimbrais, montado). Plantações florestais em fase de instalação e nascedio.
	3	Pasto contínuo, espesso e ($\geq 1m$) 1/3 ou mais do pasto deverá estar seco. Os incêndios são mais rápidos e de maior intensidade.	Campos cerealíferos (antes da ceifa). Pastagens altas. Feteiras. Juncais.
COMPORTAMENTO DO FOGO POTENCIAL			

Ambiente do Fogo	Velocidade de Propagação	Intensidade da Frente	Ignição do Copado	Dificuldade de Rescaldo
Baixo	I	I	-	I
Médio	II	I	-	I
Alto	IV	III	-	I
Arbustivo	4	Matos ou árvores jovens muito densos, com cerca de 2 metros de altura. Continuidade horizontal e vertical do combustível. Abundância de combustível lenhoso morto (ramos) sobre as plantas vivas. O fogo propaga-se rapidamente sobre as copas dos matos com grande intensidade e com chamas grandes. A humidade dos combustíveis vivos tem grande influência no comportamento do fogo.		Qualquer formação que inclua um estrato arbustivo e contínuo (horizontal e verticalmente), especialmente com % elevadas de combustível morto: carrascal, tojal, urzal, esteval, acacial. Formações arbórea jovens e densas (fase de novedio) e não caducifólias.
COMPORTAMENTO DO FOGO POTENCIAL				
Ambiente do Fogo	Velocidade de Propagação	Intensidade da Frente	Ignição do Copado	Dificuldade de Rescaldo
Baixo	II	III	-	I
Médio	IV	IV	-	III
Alto	IV	IV	-	IV
Arbustivo	5	Mato denso mas baixo, com uma altura inferior a 0,6 m. Apresenta cargas ligeiras de folhada do mesmo mato, que contribui para a propagação do fogo em situação de ventos fracos. Fogos de intensidade moderada.		Qualquer formação arbustiva jovem ou com pouco combustível morto. Sub-bosque florestal dominado por silvas, fetos ou outra vegetação sublenhosa verde. Eucaliptal (> 4 anos de idade) com sub-bosque arbustivo baixo e disperso, cobrindo entre 1/3 e 1/2 da superfície.
COMPORTAMENTO DO FOGO POTENCIAL				
Ambiente do Fogo	Velocidade de Propagação	Intensidade da Frente	Ignição do Copado	Dificuldade de Rescaldo
Baixo	I	I	-	I
Médio	III	II	-	II
Alto	IV	III	-	IV
Grupo	Modelo	Descrição		Aplicação
Arbustivo	6	Mato mais velho do que no modelo 5, com alturas compreendidas entre os 0,6 e os 2 metros de altura. Os combustíveis vivos são mais escassos e dispersos. No conjunto é mais inflamável do que o modelo 5. O fogo propaga-se através do mato com ventos moderados a fortes.		Situações de dominância arbustiva não enquadráveis nos modelos 4 e 5. Regeneração de <i>Quercus pyrenaica</i> (antes da queda da folha).
	7	Mato de espécies muito inflamáveis, de 0,6 a 2 metros de altura, que propaga o fogo debaixo das árvores. O incêndio desenvolve-se com teores mais altos de humidade do combustível morto do que no outros modelos, devido à natureza mais inflamável dos outros combustíveis vivos.		
COMPORTAMENTO DO FOGO POTENCIAL				
Ambiente do Fogo	Velocidade de Propagação	Intensidade da Frente	Ignição do Copado	Dificuldade de Rescaldo
Baixo	II	II	-	I

Médio	IV	III	-	II
Alto	IV	IV	-	IV
Florestal	8	Folhada em bosque denso de coníferas ou folhosas (sem mato). A folhada forma uma capa compacta ao estar formada de agulhas pequenas (5 cm ou menos) ou por folhas planas não muito grandes. Os fogos são de fraca intensidade, com chamas curtas e que avançam lentamente. Apenas condições meteorológicas desfavoráveis (temperaturas altas, humidade relativa baixa e ventos fortes) podem tornar este modelo perigoso.		Formações florestais ou pré-florestais sem sub-bosque: <i>Quercus</i> mediterrânicos, carvalhais (<i>Q. pyrenaica</i> , <i>Q. robur</i> , <i>Q. rubra</i>) e castanheiro no Verão, medronhal, vidoal, folhosas ripícolas, choupal, eucaliptal jovem, <i>Pinus sylvestris</i> , cupressal e restantes resinosas de agulha curta.
COMPORTAMENTO DO FOGO POTENCIAL				
Ambiente do Fogo	Velocidade de Propagação	Intensidade da Frente	Ignição do Copado	Dificuldade de Rescaldo
Baixo	I	I	I	I
Médio	II	I	I	II
Alto	II	II	II	III
Florestal	9	Folhada em bosque denso de coníferas ou folhosas, que se diferencia do modelo 8, por formar uma camada pouco compacta e arejada. É formada por agulhas largas como no caso do <i>Pinus pinaster</i> , ou por folhas grandes e frisadas como as do <i>Quercus pyrenaica</i> , <i>Castanea sativa</i> , etc. Os fogos são mais rápidos e com chamas mais compridas do que as do modelo 8.		Formações florestais sem sub-bosque: pinhais (<i>Pinus pinaster</i> , <i>P. pinea</i> , <i>P. nigra</i> , <i>P. radiata</i> , <i>P. halepensis</i>), carvalhais (<i>Quercus pyrenaica</i> , <i>Q. robur</i> , <i>Q. rubra</i>) e castanheiro no Inverno, eucaliptal (> 4 anos de idade).
COMPORTAMENTO DO FOGO POTENCIAL				
Ambiente do Fogo	Velocidade de Propagação	Intensidade da Frente	Ignição do Copado	Dificuldade de Rescaldo
Baixo	II	I	II	I
Médio	III	III	III	II
Alto	IV	IV	IV	IV

Quadro 1: Modelos de combustíveis adoptados pela Equipa de Reflorestação (adaptado de Cruz, 2005; CRRAA, 2006 in Guiomar, 2007)

Com base na análise do **Mapa 1**, verifica-se a predominância do modelo 2, ocupando cerca de 51,21% da área total do município, em seguida, aparecem os modelos 7 e 5, com cerca de 17,76% e 10,90%, respectivamente; os restantes modelos representam no seu conjunto apenas cerca de 16,57% da área total do Município. Torna-se igualmente relevante, mencionar a ausência dos modelos enquadrados no grupo dos resíduos lenhosos (M10, M11, M12 e M13) e de um modelo enquadrado no grupo arbustivo, o modelo M4.

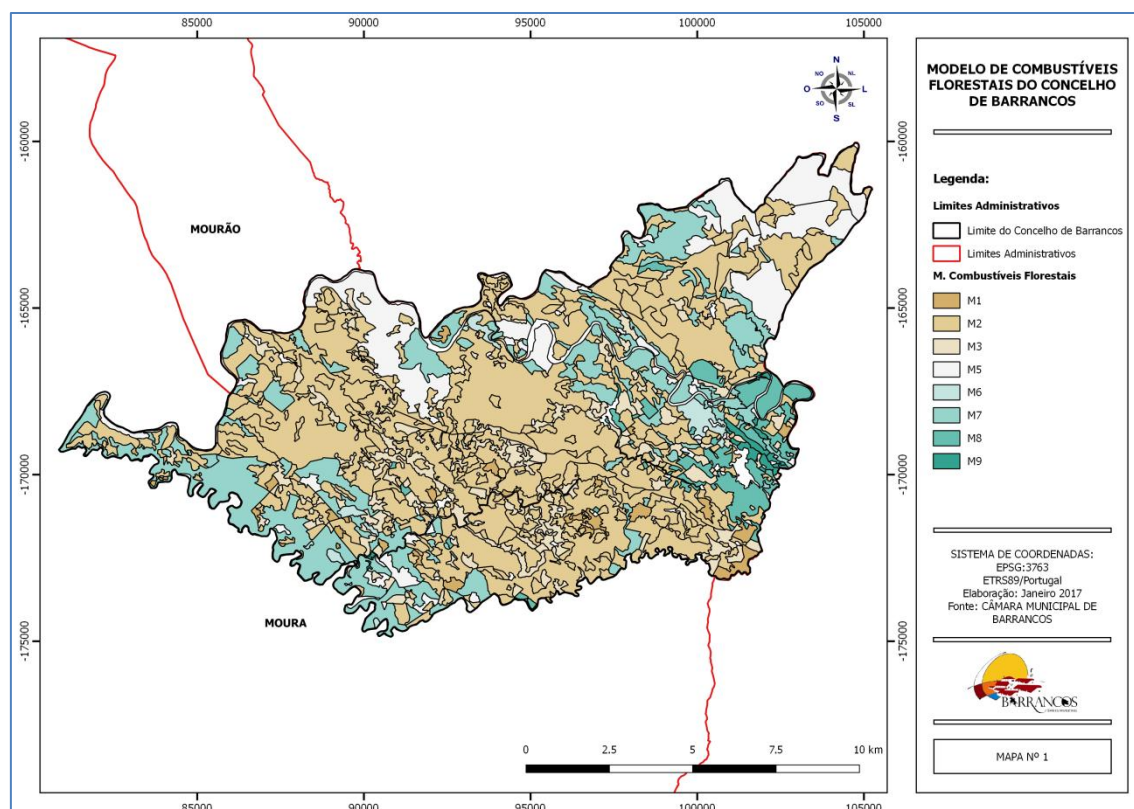


Figura 2: Mapa do Modelo de Combustíveis Florestais

2.2 Cartografia de Risco

Os incêndios florestais são um fenómeno que se tem vindo a agravar nas últimas décadas, representando perdas importantes em termos socio-económicos para o nosso país. Segundo dados recolhidos, Portugal é o único país da Europa Mediterrânica onde, nas duas últimas décadas, se registou um aumento da área média anual ardida, sendo também o País em que arde, em termos proporcionais, mais área em relação a outros países (Freire *et al.*, 2002).

O planeamento e a gestão das florestas são processos que exigem recolha e tratamento de dados. Para tal, utilizam-se Sistemas de Informação Geográfica (SIG's) que, para além de permitirem a produção de cartografia e relacionar mapas com outras informações, oferecem ferramentas operacionais de grande utilidade no apoio à tomada de decisão e gestão sustentável dos recursos. O complemento dos SIG com equipamentos de comunicação remota e posicionamento (GPS), e com aplicações informáticas que disponibilizem ferramentas de exploração de dados georeferenciados permitirá auxiliar, em grande medida, na prevenção e mitigação de incêndios florestais.

A prevenção é determinante em qualquer estratégia de atenuação dos incêndios florestais, constituindo a cartografia de risco de incêndio um contributo importante para o sucesso das ações a desenvolver neste domínio. O mapa de risco de incêndio, assim como o mapa de perigosidade de incêndio, poderão ser usados como suporte à decisão, orientando assim ações de prevenção e combate, bem como ajudar na criação de métodos e táticas para salvaguardar áreas em risco cujo potencial de perda (económico e não só) é superior.

Metodologia de risco de incêndio:

O risco é muitas vezes entendido como uma expressão directa da probabilidade de ocorrência de incêndio. No entanto, este não é uma probabilidade, mas sim um dano que resulta da relação entre um perigo existente, a vulnerabilidade de um local ou elemento e o seu valor, ou seja, quanto se pode perder se arder determinado território. Relativamente ao risco de incêndio torna-se então necessário perceber onde se encontram os maiores potenciais de perda.

A cartografia de risco de incêndio do Município de Barrancos teve por base a metodologia desenvolvida, pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, a qual refere que o Risco resulta do produto que existe entre a Perigosidade e o Dano Potencial, resultando a Perigosidade no produto entre a Probabilidade e a susceptibilidade, e o Dano Potencial no produto entre a Vulnerabilidade e o Valor Económico (**Figura 3**).

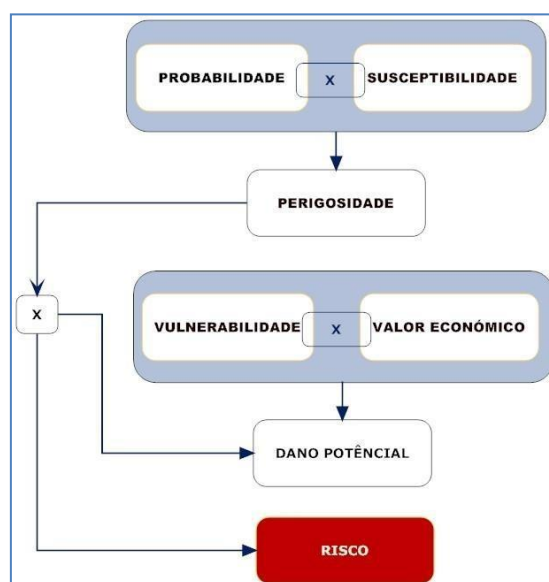


Figura 3: Componentes do Modelo de Risco

Fonte: DGRF, 2007

A variável Perigosidade divide-se no *tempo* e no *espaço*. No *tempo*, por via da probabilidade que é baseada num histórico ou período de retorno e no *espaço* por via da susceptibilidade de um território ao fenómeno, a qual engloba variáveis como o declive e a área florestal. Por sua vez, a variável Dano Potencial representa o produto do seu valor económico pela vulnerabilidade que lhe está associada.

De uma forma geral, o Risco corresponde a um potencial de perda e a Perigosidade a um potencial para a ocorrência do fenómeno danoso, existindo Risco sempre que exista Perigosidade, Vulnerabilidade e Valor associados. Basta não haver uma das componentes para que o Risco seja nulo (**Quadro 2**).

Perigosidade	Vulnerabilidade	Valor	Risco
Existe	Existe	Existe	Existe
Não existe	Existe	Existe	Não existe
Existe	Não Existe	Existe	Não existe

Existe	Existe	Não existe	Não existe
Não existe	Não existe	Não existe	Não existe

Quadro 2: Relação entre Perigosidade, Vulnerabilidade, Valor e Risco.)

Fonte: DGRF, 2006

Como já foi referido, os elementos em Risco são definidos pela Vulnerabilidade e pelo Valor. A primeira expressa o grau de perda desse elemento, variando entre zero (0), elemento não afectado pelo fenómeno, e um (1), representando a perda total do elemento. De uma maneira geral admite-se a atribuição de valores dentro deste conjunto (**Quadro 3**):

Vulnerabilidade
0,00 – O elemento não é alterado
0,25 – O elemento é ligeiramente afetado mas não necessita de reparações
0,50 – O elemento é afetado necessitando de reparações ligeiras
0,75 – O elemento é severamente afetado necessitando de reparações profundas
1,00 – A perda é total, o elemento é afetado de forma irreversível necessitando de reconstrução ou substituição.

Quadro 3: Valores atribuídos à Vulnerabilidade no modelo de Risco de Incêndio

Fonte: DGRF, 2006

Quanto ao Valor que se encontra no Modelo de Risco de Incêndio, este deve ser o preço de mercado dos elementos em risco, expressos em euros. Esta variável permite quantificar o investimento necessário para recuperar um elemento, em função da sua vulnerabilidade, após destruição ou perda de performance por exposição a um fenómeno danoso. Pode-se aceitar ainda, como medida indirecta de Valor, o valor do metro quadrado em que os elementos estão situados. Referem-se como exemplos de elemento de risco as edificações (casas, fábricas e outros), as estruturas, nomeadamente, postes elétricos, antenas de telecomunicações, a ocupação florestal, entre outros.

A metodologia utilizada para a construção da cartografia de risco de incêndio é bastante simples, de modo a poderem incorporar-se, posteriormente, variáveis no modelo. Para explicar a variabilidade espacial do Risco de Incêndio na área no Município, os fatores de risco, que estão na base dos critérios de classificação das zonas são (**Quadro 4**):

Variáveis	Risco de Incêndio	
	Perigosidade	
		- Área Florestal - Declive - Período de Retorno
	Elementos em risco	- Área Agro-Florestal - Edificado - Rede de Estações Meteorológicas do INAG - Rede de Estações Meteorológicas do IM

Quadro 4: Variáveis utilizadas para o cálculo do Risco de Incêndio.

Segundo a metodologia de risco de incêndio estipulada pela ex - DGRF, atual ICNF, I.P., é sugerida a utilização de variáveis do modelo de risco associadas à ocupação do solo (área florestal e edificado), devendo esta ser a mais atualizada possível. Neste sentido utilizou-se a Carta de Ocupação do Solo (COS) elaborada pela então FloraSul sob ortofotomapa de 2006 fornecida pela câmara municipal, que embora não esteja validada no terreno, apresenta o melhor catálogo de classificação de ocupação do solo (mais desagregado), permitindo, desta forma, uma melhor classificação em termos de vulnerabilidade e valor do território.

A) Mapa de perigosidade de incêndio florestal

O mapa de perigosidade de incêndio florestal (**Figura 4**) permite identificar a perigosidade de um determinado local aos incêndios florestais, sendo considerado um valioso instrumento de apoio à decisão no ordenamento e gestão florestal sustentável. Constitui uma peça prioritária para a adopção de medidas de prevenção aos incêndios florestais e minimizadoras dos seus efeitos para evitar situações de emergência e socorro. Da análise ao referido mapa é possível visualizar a distribuição da perigosidade em 5 classes, observando-se a predominância das classes Baixa, Média e Potencialmente Elevada, com 32,3%, 24% e 25,1%, respectivamente. A classe Potencialmente Muito Elevada não ultrapassa os 10%.

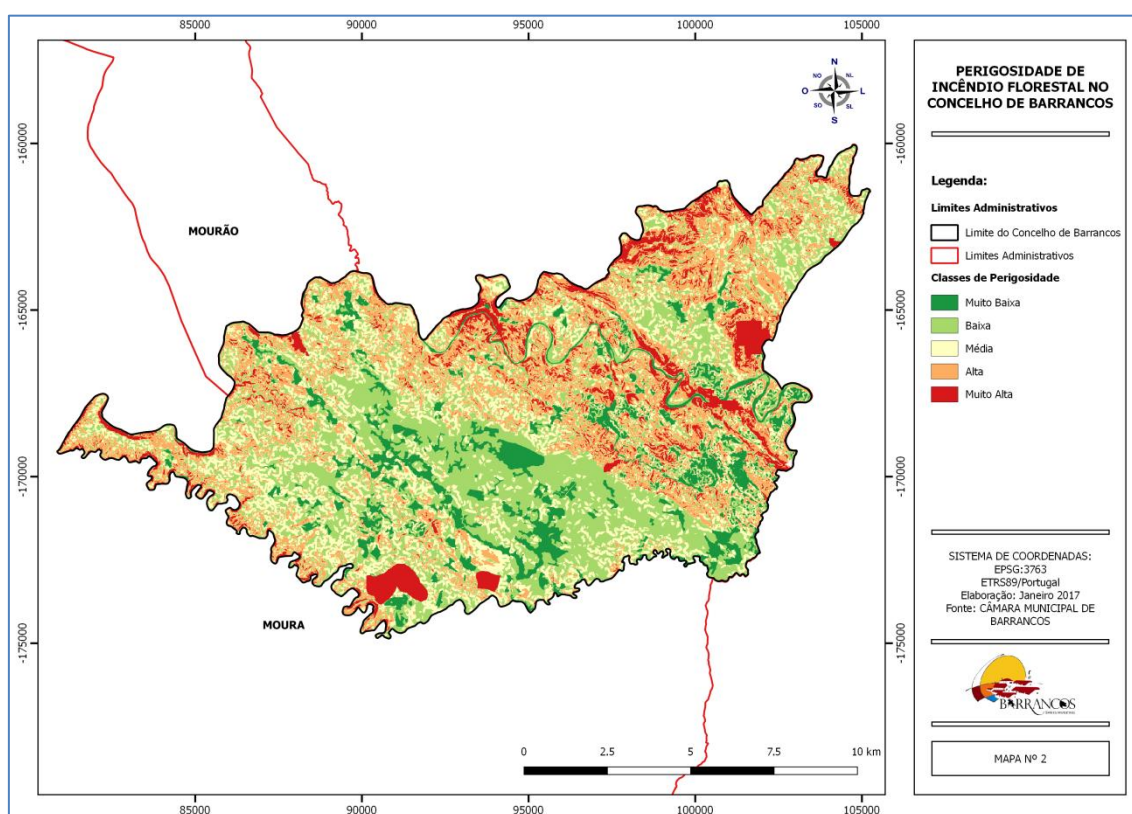


Figura 4: Mapa de Perigosidade de Incêndio do Concelho de Barrancos

A análise global do mapa sugere que as zonas com maior perigosidade de incêndio correspondem a áreas onde existiram anteriores ocorrências de incêndio, que se localizam, maioritariamente, no limite Norte e Nordeste do Município. Também com grande

perigosidade de incêndio destaca-se a área envolvente da Ribeira de Murtega, devido essencialmente à presença de um maior declive e a zona do Monte do Durão e a Serra da Gata. Com menor perigosidade salientam-se as áreas localizadas mais a Sul, Sudeste e centrais do Município de Barrancos.

B) Mapa de risco de incêndio florestal

A previsão da distribuição espacial do risco de incêndio numa área florestal, no curto ou médio prazo, permite operacionalizar o planeamento florestal e a gestão dos recursos disponíveis para a prevenção e combate a incêndios.

Da análise do mapa de risco de incêndio florestal (**Figura 5**), observa-se a distribuição do risco em cinco classes (**Quadro 5**), sendo as classes Potencialmente Elevado e Potencialmente Muito Elevado as predominantes, com 42,4% e 25,8% da ocupação do território, respectivamente. Com menor representatividade aparecem as classes de risco de incêndio Médio, Baixo e Muito Baixo, com 0,5%, 14,3% e 17%, respectivamente.

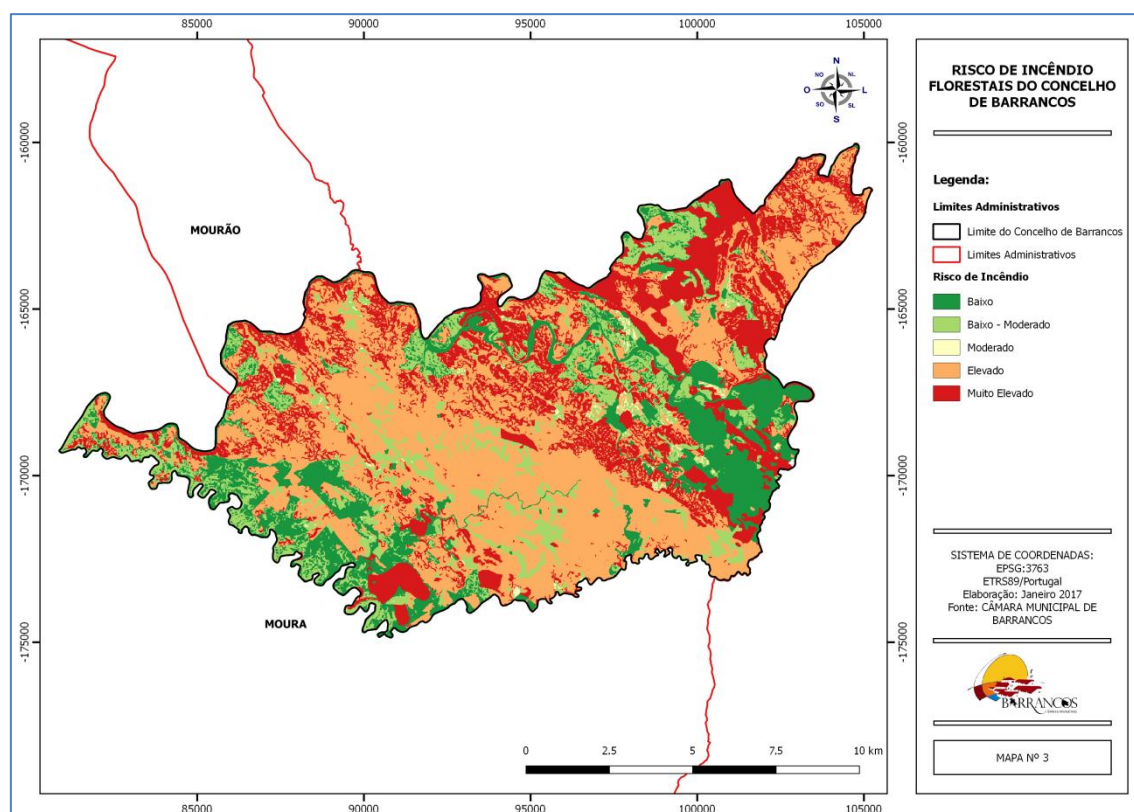


Figura 5: Mapa de Risco de Incêndio do Concelho de Barrancos

A análise global do mapa sugere que as áreas mais a Nordeste e Sudeste do Município são as que apresentam risco de incêndio potencialmente mais elevado, com destaque para os sítios da Cerca do Retamal, Alcamaque, Zona do Cerro do Cuco e da Serra Colorada. Por sua vez, a Norte salienta-se com maior risco de incêndio a zona da Coitadinha e do Castelo de Noudar assim como toda a sua envolvente. Pelo contrário, com menor probabilidade de ocorrências de incêndios distinguem-se as zonas junto à Ribeira Murtigão e da Vila de Barrancos.

Risco de Incêndio				
Baixo	Baixo-Moderado	Moderado	Elevado	Muito Elevado
17,0%	14,3%	0,6%	42,4%	25,8%

Quadro 5: Quantis de Risco de Incêndio

Ressalva-se o facto de que, as zonas classificadas com maior perigosidade e risco de incêndio se encontram sujeitas a validação de campo.

2.3. Mapa de prioridade de defesa

O mapa de prioridades de defesa serve de complemento à vigilância contra incêndios florestais, na medida em que identifica as áreas do Município com reconhecido valor social, cultural, ecológico, económico ou ambiental. A delimitação e reconhecimento das áreas prioritárias têm por base a posição das áreas referidas com os polígonos de risco de incêndio florestal potencialmente elevado e muito elevado, resultado este, que será de grande utilidade no apoio ao planeamento e optimização da distribuição dos recursos atribuídos aos Sistemas de Vigilância Terrestres.

Para a elaboração do mapa de prioridades de defesa do Município de Barrancos (**Figura 6**) cruzaram-se as áreas de risco de incêndio, referidas anteriormente com zonas consideradas de grande importância na biodiversidade do Município, nomeadamente, a Zona de Proteção Especial (ZPE) de Mourão/Moura/Barrancos, o Sítio da Lista Nacional da Rede Natura 2000 Moura/Barrancos e, ainda, as zonas sob regime florestal. Foi também considerado o Biótopo CORINE de Mourão/Barrancos (C14400285).

Desse cruzamento resulta que as áreas consideradas prioritárias são coincidentes, na sua maioria, com as áreas de maior risco de incêndio, existindo, por isso, uma maior necessidade e complementar nesses locais a vigilância contra incêndios florestais (**Figura 6**).

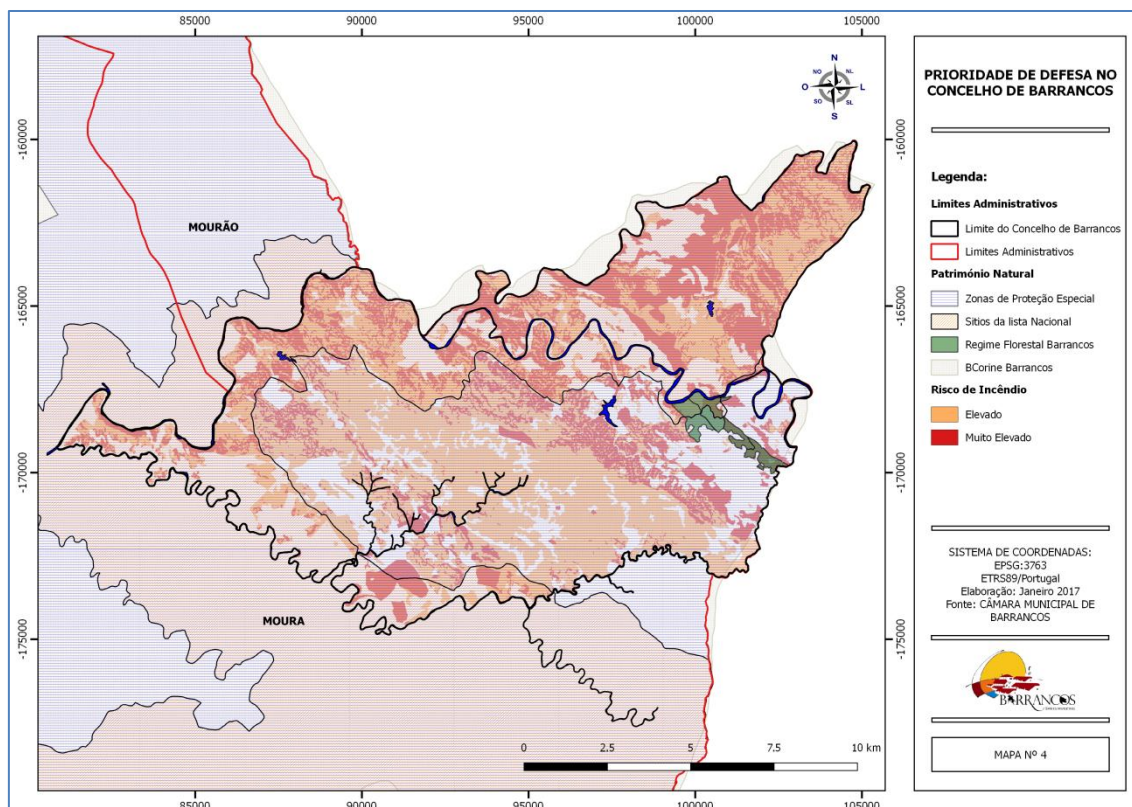


Figura 6: Mapa de Prioridade de Defesa do Concelho de Barrancos

3. Objectivos e Metas do PMDFCI

Os objectivos e metas do PMDFCI, para o espaço temporal 2015-2019, serão vertidos neste capítulo com base no diagnóstico do concelho efectuado no caderno I do Plano e no cumprimento no disposto pela resolução do Conselho de Ministros N.º 65/2006, de 26 de Maio, onde assentam todas as acções de defesa e prevenção da floresta contra incêndios em 5 eixos estratégicos:

- 1º Eixo:** Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais;
- 2º Eixo:** Redução da incidência dos incêndios florestais;
- 3º Eixo:** Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios;
- 4º Eixo:** Recuperar e reabilitar ecossistemas;
- 5º Eixo:** Adaptação de uma estrutura orgânica e funcional eficaz.

3.1 Identificação da Tipologia do Concelho

A tipologia do concelho de Barrancos, resulta da definição dada pelo ICNF, com base em duas variáveis estruturas: nº de ocorrências e a área ardida do concelho, de forma a distinguir os

grandes tipos de problemas/soluções associados à incidência do fogo. De acordo com esta classificação o concelho de Barrancos, insere-se na **Tipologia I – Poucas ocorrências e pouca área ardida**.

3.2 Objetivos e Metas do PMDFCI

De acordo com o diagnóstico efectuado no Caderno I e tendo por base as metas do PNDPCI, foram definidos os seguintes objectivos e metas temporais a atingir nos próximos 5 anos de vigência do PMDFCI (2015-2019)..

OBJECTIVOS	Redução do nº de ocorrências
	Redução da área ardida

Metas (Anos)				
2015	2016	2017	2018	2019
Redução do número de ocorrências por ano				
Redução do número de reacendimentos				
Redução da área ardida				
Zero vítimas				

De acordo com o PNDPCI, o plano municipal deverá construir a sua ação em 5 eixos de atuação, sobre os quais se estruturam e articulam todas as suas ações de defesa e prevenção da floresta contra incêndios.

4. Eixos Estratégicos

4.1 Eixo 1 – Aumento da Resiliência do Território aos Incêndios Florestais

O primeiro eixo estratégico, pretende estabelecer ligações entre o ordenamento do território e o planeamento florestal cujo objectivo é promover a gestão florestal e intervir antecipadamente em áreas estratégicas, designadamente povoamentos florestais com elevado valor económico, áreas florestais de importante valor natural e paisagístico, assim como, áreas de importância comunitária para a conservação de determinados habitats e espécies.

Para aumentar a resiliência do território aos incêndios florestais terá de se objetivar estrategicamente a promoção da gestão florestal e a intervenção preventiva em áreas estratégicas do Município. Nesse sentido, serão estabelecidos como objetivos operacionais, a proteção das zonas de interface Urbano/Florestal e implementado um programa eficaz de redução de combustíveis florestais.

Na definição das metas que consubstanciam o primeiro eixo estratégico – aumento da resiliência do território aos incêndios florestais – teve-se em consideração informação base relativa à caracterização física, caracterização da população, caracterização do uso e ocupação do solo e zonas especiais, análise do histórico dos incêndios (Caderno I) e também cartografia relativa aos mapas de combustíveis, de perigosidade e risco de incêndio e de prioridades de defesa (Caderno II).

Objetivos Estratégico	Promover a gestão florestal e intervir preventivamente em áreas estratégicas
Objetivos Operacionais	Proteger das zonas de interface urbana/florestal
	Implementar programa de redução de combustível
Ações	Criar e manter a rede de faixas de gestão de combustível, intervindo prioritariamente nas zonas de maior vulnerabilidade aos incêndios.
	Implementar mosaicos de parcelas gestão de combustível.
	<i>Promover ações de silvicultura no âmbito da DFCI.</i>
	<i>Criar e manter redes de infraestruturas (RVF e RPA).</i>

4.1.1 Levantamento da Rede de Defesa da Floresta Contra Incêndios (RDFCI)

As redes de defesa da floresta contra incêndios (RDFCI) concretizam territorialmente, de forma coordenada, a infraestrutura dos espaços rurais decorrente da estratégia do planeamento de defesa da floresta contra incêndios.

De acordo com o artigo 12º do DL nº 17/2009, de 14 de Junho, as RDFCI integra as seguintes componentes:

- Redes de faixas de gestão de combustível;
- Mosaico de parcelas de gestão de combustível;
- Rede viária florestal;
- Rede de pontos de água;
- Rede de vigilância e detecção de incêndios;
- Rede de infraestruturas de apoio ao combate.

A monitorização do desenvolvimento e da utilização da RDFCI é incumbida por lei, ao ICNF.

O acompanhamento da rede de pontos de água é da responsabilidade do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas em articulação com a Autoridade Nacional de Proteção Civil.

Relativamente à monitorização do desenvolvimento da rede de vigilância e respetiva utilização incumbe à Guarda Nacional Republicana em articulação com o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas e com a Autoridade Nacional de Proteção Civil.

Quanto à Rede de infraestruturas de apoio ao combate a monitorização do desenvolvimento e da utilização é da responsabilidade da Autoridade Nacional de Proteção Civil em articulação com a Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas e a Guarda Nacional Republicana.

A Câmara Municipal de Barrancos é responsável pela recolha, registo e actualização da base de dados da RDFCI, mediante protocolo e procedimento divulgado em norma técnica pela Autoridade Florestal Nacional, ouvido o Conselho Florestal Nacional. (fonte: SNDFCI)

4.1.1.1 Rede de faixa de gestão de combustível (FGC) Mosaicos de Parcelas de Gestão de Combustível (MPGC)

A gestão dos combustíveis existentes nos espaços rurais é realizada através de faixas de gestão de combustível e de parcelas, situadas em locais estratégicos para a prossecução de determinadas funções, onde se procede à modificação e à remoção total ou parcial da biomassa presente.

As faixas de gestão de combustível constituem redes primárias, secundárias e terciárias, tendo em consideração as funções que podem desempenhar, designadamente:

- a) Função de diminuição da superfície percorrida por grandes incêndios, permitindo e facilitando uma intervenção directa de combate ao fogo;
- b) Função de redução dos efeitos da passagem de incêndios, protegendo de forma passiva vias de comunicação, infraestruturas e equipamentos sociais, zonas edificadas e povoamentos florestais de valor especial;
- c) Função de isolamento de potenciais focos de ignição de incêndios.

As redes primárias de faixas de gestão de combustível, de interesse distrital, cumprem todas as funções referidas no número anterior e desenvolvem-se nos espaços rurais. Não se aplica ao concelho de Barrancos.

As redes secundárias de faixas de gestão de combustível, de interesse municipal ou local, e no âmbito da protecção civil de populações e infraestruturas, cumprem as funções referidas nas alíneas b) e c) do n.º 2 deste artigo e desenvolvem-se sobre:

- a) As redes viárias e ferroviárias públicas;
- b) As linhas de transporte e distribuição de energia elétrica;
- c) As envolventes aos aglomerados populacionais e a todas as edificações, aos parques de campismo, às infraestruturas e parques de lazer e de recreio, aos parques e polígonos industriais, às plataformas logísticas e aos aterros sanitários.

As redes terciárias de faixas de gestão de combustível, de interesse local, cumprem a função de isolamento de potenciais focos de ignição de incêndios e apoiam-se nas redes viária, elétrica e divisional das unidades locais de gestão florestal ou agroflorestal, sendo definidas no âmbito dos instrumentos de gestão florestal.

Conforme referido no Artigo 15º do Decreto-Lei nº124/2006, de 28 de Junho, republicado pelo Decreto-Lei nº17/2009, de 14 de Junho, foram definidas neste PMDFCI, FGC enquadradas na Rede Secundária de Faixas de Gestão de Combustíveis.

Nos espaços florestais previamente definidos no plano municipal de defesa da floresta contra incêndios é obrigatório que a entidade responsável:

- **Rede Viária Florestal** - Foi delimitada uma faixa de **10 m** para cada lado das vias integrantes da rede viária fundamental que atravessa o concelho. A execução e manutenção destas faixas são da responsabilidade das respetivas entidades gestoras, correspondendo no caso das faixas desenvolvidas sobre vias da rede rodoviária nacional **I.P Infraestruturas de Portugal**, no caso das estradas e caminhos municipais, à **Câmara Municipal de Barrancos**.
- **Rede das linhas de transporte de distribuição elétrica de média tensão** – Foi delimitada uma faixa de gestão de combustível correspondente à projeção vertical dos cabos condutores exteriores acrescidos de uma faixa de **7 m** para cada um dos lados, cuja entidade responsável é a **EDP, Energias de Portugal**
- **Aglomerados populacionais** – Foi delimitada uma faixa exterior de proteção com uma largura de 100 m cuja gestão de combustível compete aos proprietários, arrendatários, usufrutuários ou entidades que a qualquer título, detenham terrenos inseridos nesta faixa e à **Câmara Municipal de Barrancos**, no que ao espaço florestal junto à povoação diz respeito (perímetro florestal).
- **Parque de campismo, infraestruturas, equipamentos florestais de recreio parques e polígonos industriais e aterros sanitários** - Delimitou-se uma faixa de gestão de combustíveis com 100 metros de largura da responsabilidade das entidades gestoras.
- **Edificações** - Os proprietários, arrendatários, usufrutuários ou entidades que, a qualquer título, possuam ou detenham terrenos confinantes a **edificações, designadamente habitações, estaleiros, armazéns, oficinas, fábricas ou outros equipamentos**, são obrigados a proceder à gestão de combustível numa faixa de **50 m** à volta daquelas edificações ou instalações medida a partir da alvenaria exterior da edificação, de acordo com as normas constantes no anexo do DL 124/2006, de 28 de junho, republicado pelo DL 17/2009, de 14 de Janeiro. (fonte: SNDFCI)

4.1.1.2. Rede Viária Florestal

Sendo uma das infraestruturas vitais no combate aos incêndios florestais, a rede viária que serve os espaços florestais ou rede viária florestal (RVF), é essencial para a realização de ações de vigilância e compartimentação das áreas florestais, cumprindo funções de acesso, exploração e defesa desses espaços no que respeita à DFCl.

Subdividida em vias de domínio público e privado, a RVF neste Concelho, engloba, no âmbito do domínio público, o Plano Rodoviário Nacional (PRN), onde se incluem as Estradas Nacionais (EN) e Regionais (ER) e a Rede de Estradas e Caminhos Municipais (REM). No domínio privado inserem-se as redes de vias florestais (estradas, caminhos florestais, estradões florestais e trilhos florestais), agrícolas (caminhos rurais de ligação, caminhos agrícolas principais, secundários e terciários) e outras vias que consistem em caminhos privativos de acesso. A rede viária útil que serve o Município de Barrancos cumpre, no âmbito da Defesa da Floresta Contra Incêndios, as seguintes funções:

- Garantir o acesso aos espaços florestais para a execução das actividades de silvicultura preventiva e de infraestruturacção;
- Garantir o acesso e a interligação das restantes infraestruturas da RD FCI;
- Compartimentar os espaços florestais;
- Permitir as acções de vigilância, detecção e fiscalização;
- Facilitar o acesso e melhorar a eficiência das acções de supressão no ataque inicial e no ataque ampliado;
- Contribuir para a segurança dos intervenientes nas acções de supressão; g) Permitir a evacuação em caso de incêndio das pessoas que residem, trabalham ou visitam os espaços florestais.

Podem ser integradas na RVF, para efeitos de defesa da floresta contra incêndios, quaisquer vias de comunicação que atravessem ou permitam o acesso aos espaços florestais, incluindo designadamente:

- As vias classificadas pelo Plano Rodoviário Nacional;
- As vias classificadas como estradas e caminhos municipais;
- Outras vias de comunicação do domínio público;
- As vias do domínio privado, incluindo as vias do domínio do Estado e as dos terrenos comunitários. (fonte: SND FCI)

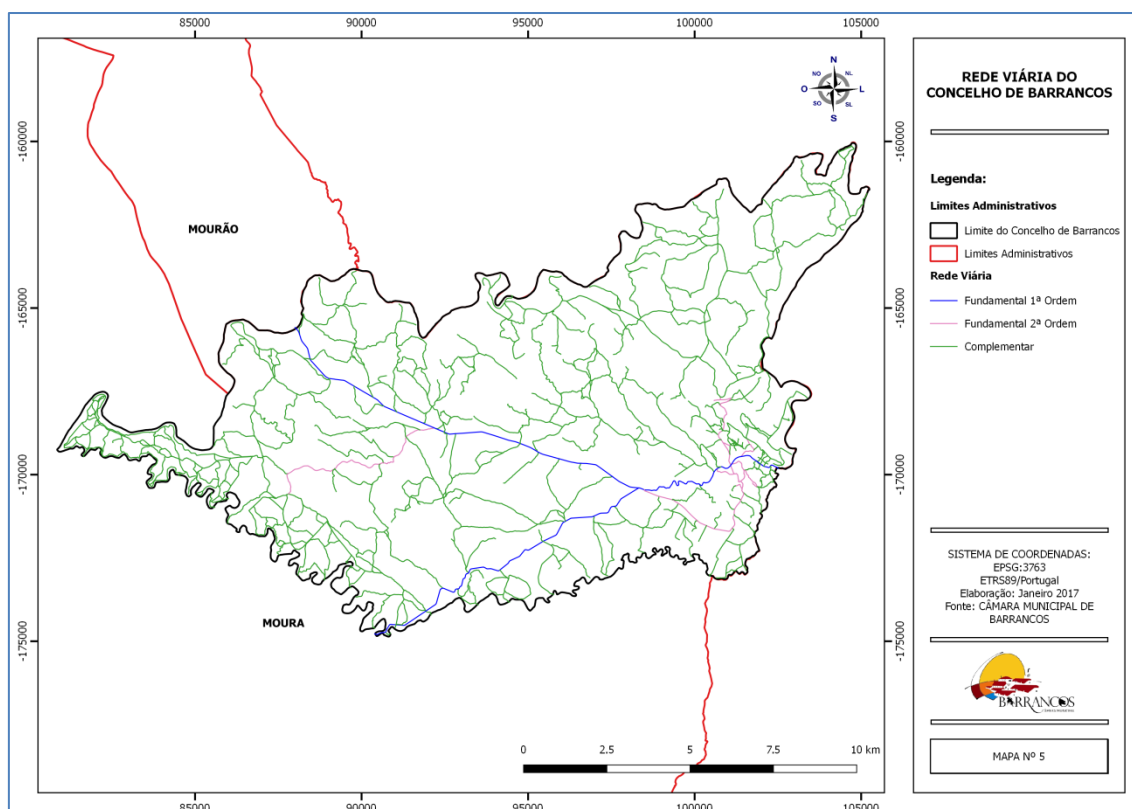


Figura 7 – Mapa da rede Viária Florestal

A partir do mapa apresentado infra constata-se que o Município de Barrancos possui uma rede viária composta, essencialmente, por estradas e Caminhos Municipais (RECM).

Ao nível do PRN destacam-se a EN 258 e a EN 386, que liga longitudinalmente o Concelho de Barrancos.

Em termos de DFCI é ainda fundamental referir que a rede existente é equilibrada tanto na sua distribuição como dimensão.

4.1.1.3. Rede de Pontos de Água (RPA)

A Rede de pontos de água é o conjunto de estruturas de armazenamento de água, de planos de água acessíveis e de pontos de tomada de água, com funções de apoio ao reabastecimento dos equipamentos de luta contra incêndios.

Os pontos de água existentes no Município de Barrancos são fundamentais na DFCI, pois para além de permitirem o reabastecimento dos equipamentos de combate a incêndios, sejam eles terrestres, mistos ou aéreos, garantem o funcionamento das faixas de humedecimento, promovem a biodiversidade, a correção torrencial, o regadio, o abastecimento de água potável, entre outras funções, sendo um fator de crucial importância para o sucesso das operações de combate a incêndios.

No concelho de Barrancos, podemos verificar (Mapa 8) que existe um total de 10 pontos de água identificados. Apesar de existirem outros pontos de água, apenas foram selecionados os perenes e construído com base na validação no terreno.

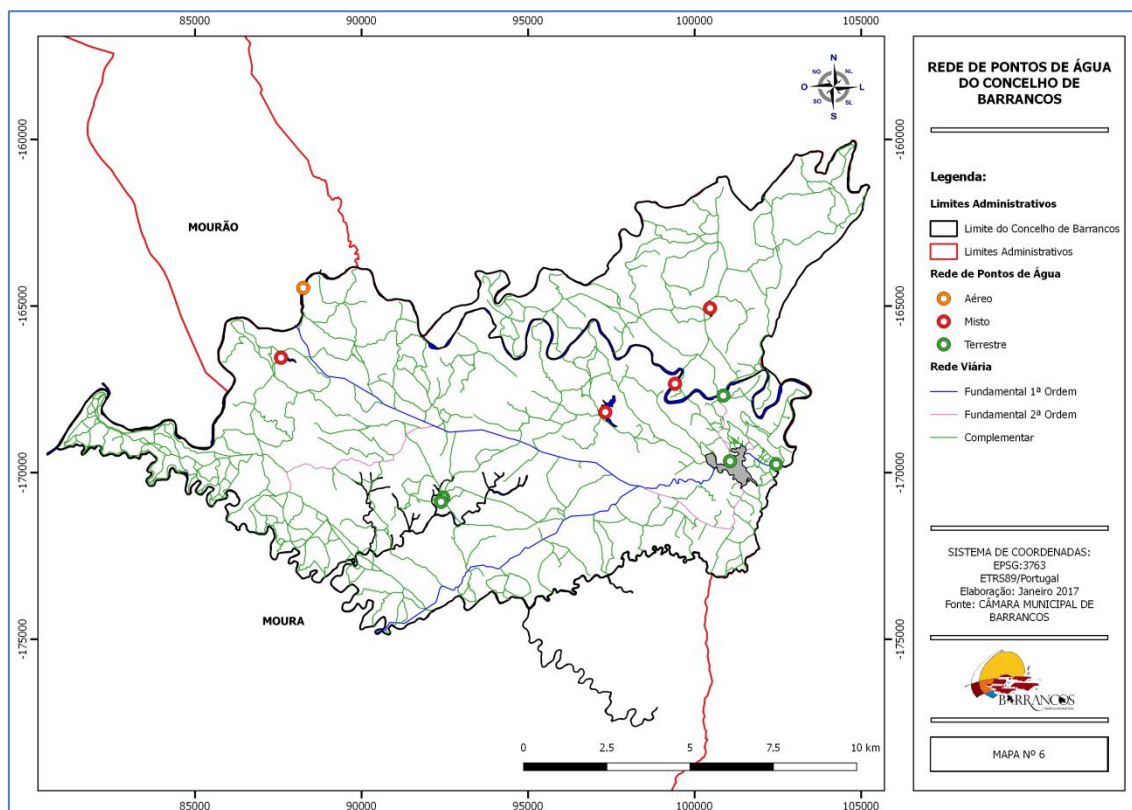


Figura 8 – Mapa da rede de Pontos de Água

Pontos de Água					
ID_PA	Designação	Funcionalidade	Categoria	Sub-Tipo	Volume Máx. (m3)
1	Rio Murtega – Charca Tio Cuba	Misto	2º ordem	Planos de água	
2	Albufeira do Bufo	Misto	2º ordem	Planos de água	78
3	Albufeira das Russianas	Misto	2º ordem	Planos de água	144
4	Albufeira das Mercês	Misto	2º ordem	Planos de água	1200
5	Albufeira da Butefa	Misto	2ª Ordem	Planos de água	600
6	Rio Ardila (EN 386)	Misto	2º ordem	Planos de água	
7	Mina de Aparis (furo grande caudal)	Terrestre	2º ordem	Tomada de água	
8	Mina de Aparis (furo grande caudal)	Terrestre	2º ordem	Tomada de água	
9	Estaleiro (CMB)	Terrestre	2º ordem	Tomada de água	
10	Pedreira (CMB)	Terrestre	1º ordem	Tomada de água	50

Quadro 6 – Capacidade da Rede de Pontos de Água

Segundo a Portaria n.º 133/2007 de 26 de Janeiro os pontos de água classificados como mistos, aéreos e terrestres, subdividem-se em duas categorias, os de 1.ª ordem e os de 2.ª ordem. Os pontos de água de 1.ª ordem cumprem as especificações enunciadas no nº 8 ou nº 9 da mesma portaria, quer se tratem de aéreos ou terrestres, respetivamente, ou apenas uma

delas caso se tratem de mistos. Os pontos de água de 2ª ordem não cumprem as referidas especificações, mas apresentam relevância local, sendo de considerar no âmbito da RDFCI.

No Município, apenas existe um ponto de água de 1ª ordem para abastecimento de meios terrestres (Nº 10 - Quadro 6). Este ponto para além de estar localizado dentro do perímetro florestal, encontra-se junto à estrada nacional 258, facilitando o acesso dos meios terrestres.

Da análise do quadro anterior, constata-se, que as albufeiras são os principais tipos de pontos de água (mistos) existentes no Município de Barrancos, sendo o volume máximo atribuído à albufeira da barragem das Mercês com 1.200 m³.

Os pontos de água 7 e 8, encontram-se relativamente perto um do outro e possuem um caudal de abastecimento significativo para os meios terrestres ou para o abastecimento de reservatórios flexíveis a colocar junto aos mesmos, para apoio ao Combate.

Para a melhoria das condições de abastecimento de água dos meios terrestre e aéreos, propõem-se a manutenção dos mesmos para manter a sua eficácia, em locais estratégicos e de boa acessibilidade, tendo em vista o rápido abastecimento de veículos tanque dos bombeiros ou outras entidades em apoio às operações de combate. A beneficiação de determinados pontos de água deverá ser tida em conta, no sentido de permitir a sua utilização por parte dos meios aéreos e terrestres, articulando com os respetivos proprietários a sua acessibilidade.

É de referir ainda, a importância da existência de uma fiscalização periódica dos pontos de água mencionados, dado que, alguns podem tornar-se inoperacionais do ponto de vista do combate aos incêndios.

4.1.2 Planeamento das Ações referentes ao 1.º Eixo Estratégico

Ao longo de 5 anos (2015-2019) serão realizadas intervenções consoante a necessidade de intervenção, em função da perigosidade e risco de incêndio florestal.

Como foi referido anteriormente, a execução das FGC serão da responsabilidade dos proprietários, arrendatários, usufrutuários que a qualquer título detenham terrenos incluídos nas faixas delimitadas no presente plano.

4.1.2.1 Ações de Silvicultura Preventiva no âmbito da Defesa da Floresta Contra Incêndios

A silvicultura no âmbito da defesa da floresta contra incêndios engloba o conjunto de medidas aplicadas aos povoamentos florestais, matos e outras formações espontâneas, ao nível da composição específica e do seu arranjo estrutural, com os objectivos de diminuir o perigo de incêndios e de garantir a máxima resistência da vegetação à passagem do fogo.

São várias as ações que podem ser executadas no âmbito da silvicultura preventiva, sendo elas:

- **Correção de densidade excessiva** - A correção de densidades excessivas consiste num ordenamento da área florestal e numa descontinuidade horizontal do combustível florestal. Estas medidas serão implementadas através do corte de árvores defeituosas, mal adaptadas à estação e com fraco desenvolvimento vegetativo e fitossanitário. Todo o material lenhoso resultante destas operações será estilhaçado e/ou triturado e incorporado.
- **Controlo de vegetação espontânea** – Este controlo consiste na redução excessiva de material combustível evitando-se, deste modo, o contacto do estrato arbustivo com a zona inferior das copas, reduzindo o risco de propagação do estrato arbustivo com a zona inferior das copas, reduzindo o risco de propagação quer de nível ascendente quer de nível horizontal. Este controlo de vegetação permitirá, também, a passagem de viaturas de combate a incêndios.
- **Desramações** – As desramações têm como objetivo promover uma descontinuidade vertical do combustível, recomendando-se limpezas manuais em árvores que tenham ramos ao nível do estrato arbustivo e arbóreo, evitando o contacto entre os estratos herbáceos e arbustivos.
- **Podas** - Em silvicultura, a poda é uma técnica utilizada com a finalidade de se obter fustes mais retos e com menos ramificações, conferindo melhor qualidade à madeira, sendo esta uma técnica muito importante na produção florestal. De uma maneira geral, a poda previne o risco de queda dos ramos e, por outro lado, controla o tamanho de árvores, cuja ramificação não permite o desenvolvimento completo.

4.1.2.2 Rede de FGC e MPGC

As faixas e mosaicos de gestão de combustíveis delimitadas no âmbito deste plano, deverão ser construídas e mantidas nos espaços florestais ou confinantes com estes. As intervenções de criação de FGC poderão ser efetuadas em qualquer altura do ano, exceto no período crítico.

As ações definidas para as FGC incluem: gestão mecânica de combustível, gestão moto-manual de combustível e desramação, realizadas isoladamente ou em combinação. As intervenções de manutenção devem realizar-se entre 30 de Outubro e 15 de Abril, de preferência concentradas no período de Fevereiro a Abril, de modo a diminuir a capacidade de regeneração da vegetação.

São preconizadas as mesmas ações para anos alternados mas, a necessidade de intervenção deverá ser validada anualmente e alterada caso se justifique.

A execução da rede de defesa da floresta contra incêndios é suportado financeiramente pelos responsáveis da gestão das FGC e MPGC isto é, pelas diferentes entidades públicas ou privadas e proprietários, arrendatários usufrutuários que possuam parcelas de terreno, inseridas nas faixas delimitadas no PMDFCI.

O Quadro 7 representa o planeamento anual para a totalidade da área das FGC com intervenção e sem intervenção. A Figura 9 mostra a distribuição das ações apresentando o responsável pela gestão de combustível

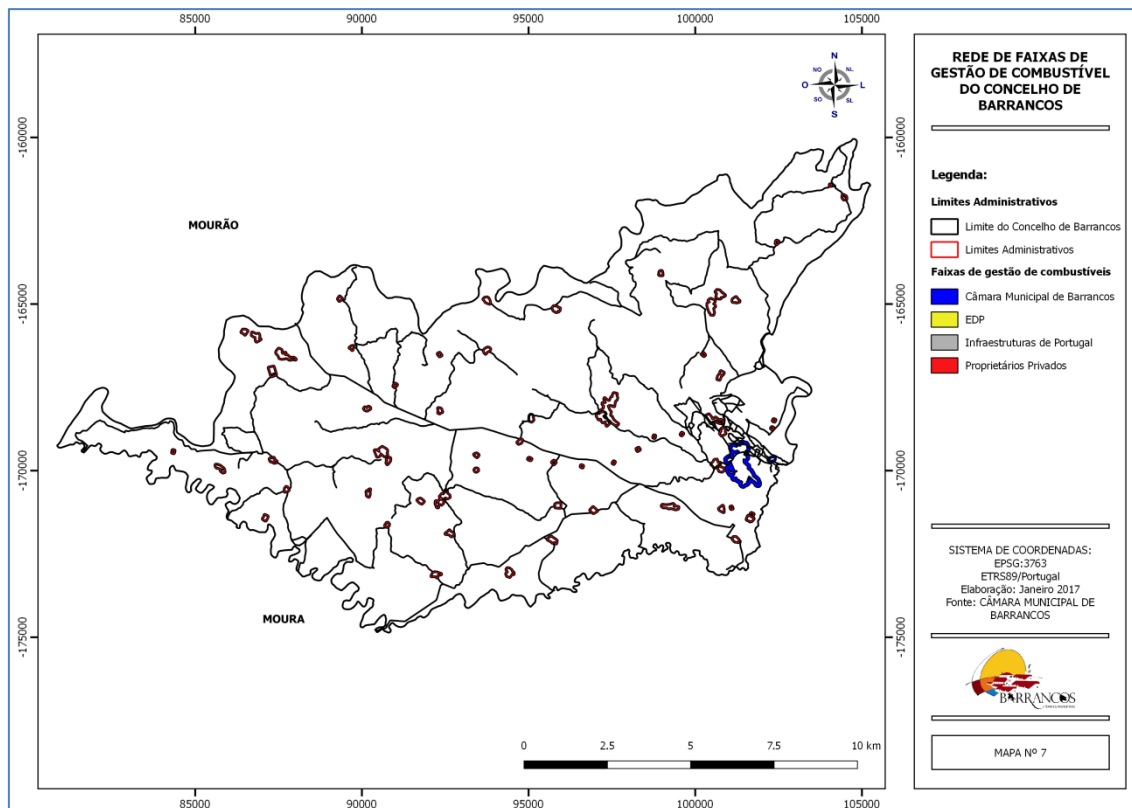


Figura 9 – Mapa da rede de faixas de gestão de combustíveis

Intervenção nas FGC e MPGC (2015-2019)						
Entidade	Espaços	Anos				
		2015	2016	2017	2018	2019
CMB	Perímetro florestal, baldio torrita, terrenos municipais	X	X	X	X	X
EDP	Rede distribuição eletricidade Média Tensão	X		X		X
IP	EN 258; 386	X			X	
EDIA	PNN	X	X	X	X	X
Proprietários Privados	Espaços sob responsabilidade de cada entidade privada	X	X	X	X	X

Quadro 7 – Intervenção nas FGC e MPGC (2015-2019)

4.1.2.3 Rede Viária Florestal

Rede Viária Florestal (2015-2019)						
Entidade	Espaços	Anos				
		2015	2016	2017	2018	2019
CMB	Perímetro florestal, baldio torrita, terrenos municipais	X	X	X	X	X
EDIA	PNN	X	X	X	X	X
Proprietários Privados	Espaços sob responsabilidade de cada entidade privada	X	X	X	X	X

Quadro 8 – Intervenção na RVF (2015-2019)

4.1.2.4 Rede Pontos de Água

Rede Pontos Água (2015-2019)						
Entidade	Espaços	Anos				
		2015	2016	2017	2018	2019
CMB	Perímetro florestal, baldio torrita, terrenos municipais	X	X	X	X	X
EDIA	PNN	X	X	X	X	X
Proprietários Privados	Espaços sob responsabilidade de cada entidade privada	X	X	X	X	X

Quadro 9 – Intervenção na RPA (2015-2019)

4.2. Eixo 2 – Redução da Incidência dos Incêndios

Considerando que a maioria dos incêndios tem causas antropogénicas, intencionais ou por negligência, torna-se premente atuar no controlo das ignições e da sua propagação, com o intuito de mitigar os efeitos indesejáveis que estes podem causar. Neste âmbito, é necessária uma atuação diferenciada junto das populações, nomeadamente, de grupos específicos da população rural, urbana, escolar e do público em geral, no sentido de promover medidas e comportamentos preventivos que contribuam para reduzir a ocorrência de incêndios florestais e os danos causados em pessoas, bens e ambiente.

Desta forma, é intenção do Município através do SMPC/GTF, em parceria com todo um conjunto de entidades, nomeadamente: Bombeiros Voluntários, GNR, ICNF, ANPC, EDIA – PNN, Entidades Espanholas: Infoca, Infoex, Consórcio Bombeiros de Huelva, Ayuntamientos de Encinasola, Oliva de la Fronteira, Fregenal de la Sierra, Valência del Bombay, entre outras, levar a cabo ações de sensibilização, formação e consciencialização para o reconhecimento de valores económicos, sociais e ambientais coletivos.

Para reduzir a incidência dos incêndios florestais no Município, a Autarquia irá, em parceria com a GNR, ESF e BVB, atuar junto da população em geral e agricultores em particular, com ações de, sensibilização, fiscalização e aconselhamento, de forma a melhorar o conhecimento destes relativamente ao que fazer e como fazer as FGC nas suas propriedades, bem como, na preparação, manutenção e pré posicionamento de meios de apoio ao combate, nas suas propriedades.

A definição das metas e dos indicadores para o segundo eixo estratégico baseou-se em parte na informação expressa no Caderno II, nomeadamente, na caracterização climática e na análise do histórico e casualidade dos incêndios, bem como na rede regional de DFCI.

Objetivos estratégico	Sensibilização e educação das populações
	Melhoria do conhecimento das causas dos incêndios e das suas motivações

Objetivos operacionais	Sensibilização e educação das populações
	Fiscalização

Ações	Implementação de campanhas de sensibilização
	Definição de prioridades de fiscalização tendo em consideração o valor dos espaços florestais, a suscetibilidade à ignição, os dias da semana e os períodos do dia de maior risco.

4.2.1 Avaliação

A maior percentagem dos incêndios que ocorrem em Portugal é causada pelo Homem (seja por causa intencional, negligente e outras indeterminadas). Uma minoria destes se deve a causas naturais. No concelho de Barrancos, registaram-se no período de 2004-2016, um total de 49 ocorrências, com uma área ardida de 119 ha. Em termos média/ano considerando o período em questão, ocorreram 4 incêndios / 9.5 ha / Ano.

As causas destas ignições deveram-se a:

Causas Ocorrências Incêndio (2004-2016)	Nº Ocorrências
Naturais	01
Intencionais	02
Negligentes	07
Desconhecidas	39

Quadro 10 – Causas Ocorrências Incêndio (2004-2016)

Desta forma, apresenta-se nos seguintes pontos o diagnóstico da distribuição em termos de comportamentos de risco, permitindo desta forma definir quais os segmentos de população que devem merecer maior atenção nas ações de sensibilização e de fiscalização.

4.2.2. Identificação de comportamentos de risco associados aos pontos de início e dos grupos alvo

O reconhecimento pela comunidade local e opinião pública do tipo e dimensão dos problemas que afetam o Município é vital para iniciar qualquer processo de revisão de políticas e procedimentos, de forma a mobilizar vontades na correção de graves situações recorrentes como são os incêndios florestais.

A educação dos diversos grupos populacionais, no sentido de reconhecerem a floresta como um património coletivo, é fundamental para que possam transmitir às gerações vindouras uma nova sensibilidade face a estas questões, reduzindo desta forma, possíveis comportamentos de risco.

A comunicação deverá ser utilizada como estratégia de sensibilização, com o objetivo de induzir a mobilização e a mudança nos aspetos estruturais que favorecem a ocorrência e propagação de incêndios florestais, sendo gerados, a partir da comunicação, consensos interinstitucionais e intracomunitários, necessários para legitimar e desencadear as ações corretivas.

Grupos Alvo	Identificação de Comportamentos de Risco			
	O que?	Como?	Onde?	Quando?
Proprietário florestal	Realização de queima de sobrantes. Gestão de combustíveis.	Uso incorreto do fogo. Não efetuar a gestão dos combustíveis.	Área rural	Período crítico de incêndios
Empresas de exploração florestal	Utilização de maquinaria e equipamento florestal.	Lançamento de faúlhas por ausência de retentores de faúlhas e tapa-chamas.	Perímetro florestal	Período crítico de incêndios
Agricultor/operador de máquina	Realização de queima de sobrantes. Utilização de máquinas agrícolas.	Uso incorreto do fogo. Não respeitar as medidas de segurança.	Área rural	Período crítico de incêndios
Pastor	Realização de queimadas.	Uso incorreto do fogo, sem licenciamento da CME e sem presença de técnico licenciado.	Área rural	Período crítico de incêndios
Caçador e pescador	Realização de queimadas para confeção de alimentos. Uso incorreto do fogo.	Realização de churrascos e lançamento de beatas.	Zonas de caça e pesca desportiva	Período crítico de incêndios
Campista/Turista/Visitante em festa e romarias	Realização de queimadas para confeção de alimentos. Uso incorreto do fogo. Queima de artefactos pirotécnicos.	Realização de churrascos e lançamento de beatas. Queima de artefactos pirotécnicos sem licenciamento	Junto aos elementos patrimoniais em espaço rural	Período crítico de incêndios
Automobilista	Uso incorreto do fogo em espaços.	Lançamento de beatas.	Área rural	Período crítico de incêndios

Quadro 11 - Identificação de comportamentos de risco associados aos pontos de início e dos grupos alvo

4.2.3. Identificação das situações previstas na legislação passíveis de fiscalização na área do DFCI

Ano	Autos levantados (situações previstas na legislação 2012)	Processos Instruídos	Não enquadrados	Nº de contra ordenações	% de processos de contra ordenações/ processos instruídos
2015	Nada a registar				
2016	Nada a registar				
2017	Nada a registar				
2018					
2019					

Quadro 12 - Ações de fiscalização realizadas no período 2015-2019

4.2.4. Planeamento de ações referentes ao 2.º eixo estratégico

A identificação dos comportamentos e grupos de risco que mais preocupam as entidades com responsabilidade na DFCI, é essencial para definir um plano de ação com vista a sensibilização da população em geral e dos grupos identificados em particular. Pretende-se da melhor forma, transmitir valores patrimoniais, económicos, sociais e ambientais da floresta assim como consciencializar as pessoas para as consequências dos comportamentos de risco e as causas dos incêndios florestais, bem como as suas consequências, independentemente do seu âmbito.

4.2.5. Sensibilização (SNDFCI)

A execução de campanhas de sensibilização é, independentemente das entidades que as realizem, coordenada pelo ICNF e/ou Município de Barrancos.

Compete ao ICNF, à Comissão Distrital de Defesa da Floresta (CDDF) e à Comissão Municipal de Defesa da Floresta (CMDF), bem como do SMPC/GTF, a promoção de campanhas de sensibilização e informação pública, as quais devem considerar o valor e a importância dos espaços florestais, a conduta a adoptar pelo cidadão na utilização dos espaços florestais e uma componente preventiva que contemple as técnicas e práticas aconselháveis e obrigatórias do correto uso do fogo.

Os apoios públicos a campanhas de sensibilização para defesa da floresta contra incêndios devem estar integrados no âmbito do PNDFCI, dos PDDFCI e dos PMDFCI, em função da escala geográfica da iniciativa, e devem observar uma identificação comum definida pelo ICNF.

Compete à Autoridade Nacional de Proteção Civil promover a divulgação periódica do índice de risco temporal de incêndio.

A divulgação de medidas preventivas de condicionamento de acesso, de circulação ou permanência em determinadas zonas, de realização de queimadas ou queima de sobranes e realização de fogueiras, de lançamento de foguetes e outras formas de fogo, é da competência do ICNF.

O Quadro 13 apresenta a calendarização das ações de sensibilização previstas para o período de vigência do plano.

		Objetivos anuais e datas					Local
Objetivos estratégicos	Ações de sensibilização	2015	2016	2017	2018	2019	
Sensibilização dos proprietários florestais	Sensibilizar os proprietários e produtores florestais relativamente às melhores técnicas de exploração florestal, tendo em conta a prevenção de incêndios	Abril a Junho	Março a Junho	Março a Junho	Março a Junho	Março a Junho	Junta de freguesia do concelho e em áreas urbanas do concelho
		Realização de sessões de esclarecimento	Realização de sessões de esclarecimento	Realização de sessões de esclarecimento	Realização de sessões de esclarecimento	Realização de sessões de esclarecimento	
	Sensibilizar os proprietários e produtores florestais para as medidas de prevenção de incêndios florestais	Abril a Junho	Março a Junho	Março a Junho	Março a Junho	Março a Junho	Junta de freguesia do concelho e em áreas urbanas do concelho
		Distribuição de 400 folhetos e divulgação de aviso no boletim municipal	Distribuição de 400 folhetos e divulgação de aviso no boletim municipal	Distribuição de 400 folhetos e divulgação de aviso no boletim municipal	Distribuição de 400 folhetos e divulgação de aviso no boletim municipal	Distribuição de 400 folhetos e divulgação de aviso no boletim municipal	
Educação e sensibilização da população escolar	Sensibilizar as crianças e jovens para a problemática dos incêndios	Ao longo do ano letivo	Ao longo do ano letivo	Ao longo do ano letivo	Ao longo do ano letivo	Ao longo do ano letivo	Escolas
		Todas as escolas	Todas as escolas	Todas as escolas	Todas as escolas	Todas as escolas	
	Envolver a população escolar em datas comemorativas	Ao longo do ano letivo	Ao longo do ano letivo	Ao longo do ano letivo	Ao longo do ano letivo	Ao longo do ano letivo	Escolas
		Desenvolver ações de sensibilização junto da comunidade escolar envolvendo a GNR, ESF e BVB	Dinamizar iniciativas alusivas à proteção dos recursos florestais nos dias da Árvore, do Ambiente e da Floresta Autóctone	Desenvolver ações de sensibilização junto da comunidade escolar envolvendo a GNR, ESF e BVB	Dinamizar iniciativas alusivas à proteção dos recursos florestais nos dias da Árvore, do Ambiente e da Floresta Autóctone	Desenvolver ações de sensibilização junto da comunidade escolar envolvendo a GNR, ESF e BVB	
Sensibilização de agricultores e população em geral	Educar a população sobre as medidas de segurança a adotar no uso do fogo	Outubro a Abril	Outubro a Abril	Outubro a Abril	Outubro a Abril	Outubro a Abril	Áreas agrícolas e urbanas do concelho
		Distribuição de 300 folhetos sobre fogueiras, queimas.	Distribuição de 300 folhetos sobre fogueiras, queimas.	Distribuição de 300 folhetos sobre fogueiras, queimas.	Distribuição de 300 folhetos sobre fogueiras, queimas.	Distribuição de 300 folhetos sobre fogueiras, queimas.	

Quadro 13 - Ações de sensibilização para o período 2015-2019

4.2.6. Fiscalização

A fiscalização do estabelecido no DL n.º 124/2006, de 28 de junho, com as alterações introduzidas pelo DL n.º 17/2009, de 14 de janeiro, no município de Barrancos é da competência de:

- Guarda Nacional Republicana
- Câmara Municipal

No cumprimento da legislação em vigor no âmbito da DFCl, nomeadamente na gestão das faixas de combustível, as ações de fiscalização devem ser reforçadas nas zonas onde existe um potencial mais elevado de ocorrência de incêndio e onde o risco é também mais elevado.

A fiscalização deverá ocorrer anualmente entre abril e setembro e ser direcionada para o cumprimento do disposto nos artigos 15.º, 16.º, 17.º, 19.º, 22.º, 26.º, 27.º, 28.º, 29.º, 30.º e 36.º do DL n.º 124/2006, de 28 de junho, com as alterações introduzidas pelo DL n.º 17/2009, de 14 de janeiro, isto é, a fiscalização deverá incidir sobre:

- Faixas de gestão combustível definidas no artigo 15.º em conjugação com o plano de gestão de FGC constante no Caderno II do PMDFCl 2015-2019, no que respeita à rede secundária de faixas de gestão de combustível;
- Depósito de madeiras e de outros produtos inflamáveis em faixas e mosaicos de gestão de combustíveis (artigo 19.º);
- Regras relativas à edificação em espaço rural (Artigo 16.º);
- Regras relativas a silvicultura, arborização e re-arborização (Artigo 17.º);
- Regras de condicionamento de acesso, de circulação e permanência durante o período crítico (artigo 22.º e respetivas exceções definidas no artigo 23.º);
- Regras de uso de fogo técnico (Artigo 26.º);
- Regras para a realização de queimadas (Artigo 27.º);
- Regras para a queima de sobrantes e realização de fogueiras (Artigo 28.º);
- Regras para lançamento de fogo-de-artifício ou outros artefactos pirotécnicos (Artigo 29.º);
- Regras relacionadas com o uso de maquinaria e equipamento durante o período crítico em espaços rurais (artigo 30.º).

4.2.7. Metas e Indicadores

		Metas e Indicadores Anuais				
Objetivos estratégicos	Ações de sensibilização	2015	2016	2017	2018	2019
Sensibilização dos proprietários florestais	Sensibilizar os proprietários e produtores florestais relativamente às melhores técnicas de exploração florestal, tendo em conta a prevenção de incêndios	Envolver 10% dos proprietários e produtores florestais nas ações previstas	Envolver 10% dos proprietários e produtores florestais nas ações previstas	Envolver 10% dos proprietários e produtores florestais nas ações previstas	Envolver 10% dos proprietários e produtores florestais nas ações previstas	Envolver 10% dos proprietários e produtores florestais nas ações previstas
	Sensibilizar os proprietários e produtores florestais para as medidas de prevenção de incêndios florestais	Distribuição dos folhetos por 20% da população e informação de 50% da população através do boletim e municipal	Distribuição dos folhetos por 20% da população e informação de 50% da população através do boletim e municipal	Distribuição dos folhetos por 20% da população e informação de 50% da população através do boletim e municipal	Distribuição dos folhetos por 20% da população e informação de 50% da população através do boletim e municipal	Distribuição dos folhetos por 20% da população e informação de 50% da população através do boletim e municipal
Educação e Sensibilização da População escolar	Sensibilizar as crianças e jovens para a problemática dos incêndios	Participação de 80% dos alunos	Participação de 80% dos alunos	Participação de 80% dos alunos	Participação de 80% dos alunos	Participação de 80% dos alunos
	Envolver a população escolar em datas comemorativas	Participação de 50% dos alunos	Participação de 50% dos alunos	Participação de 50% dos alunos	Participação de 50% dos alunos	Participação de 50% dos alunos
Sensibilização de agricultores e população em geral	Educar a população sobre as medidas de segurança a adotar no uso do fogo	Distribuição de folhetos por 6% da população	Distribuição de folhetos por 6% da população	Distribuição de folhetos por 6% da população	Distribuição de folhetos por 6% da população	Distribuição de folhetos por 6% da população

Quadro 14 - Metas anuais para as ações de sensibilização (período 2015-2019)

Ações de fiscalização	Metas	Metas e Indicadores Anuais				
		2015	2016	2017	2018	2019
Proteger as zonas de interface urbano/florestal e eliminar o uso do fogo nos espaços rurais durante o período crítico através da fiscalização de comportamentos de risco nos espaços rurais (GNR SEPNA)	Porcentagem de parcelas em incumprimento relativamente à gestão de combustíveis a menos de 50 metros de edificações.	60%	40%	20%	20%	5%
	Porcentagem de faixas de gestão de combustíveis junto à rede viária, rede elétrica, aglomerados populacionais e zonas industriais	50%	30%	10%	5%	5%
	Número de fogueiras, queimas de sobrantes, queimadas, lançamento de foguetes, uso de maquinaria e depósitos de madeiras e outros produtos inflamáveis durante o período crítico	5	4	3	2	1
Condicionar trabalhos/acesso às áreas florestais durante o período crítico ou em dias com risco temporal de incêndio de níveis muito elevado e máximo (zonas críticas) e fiscalização de indivíduos suspeitos. (GNR/SEPNA)	Número de comportamentos de risco e criminais através da fiscalização dos espaços rurais	5	4	3	2	1
	Número de indivíduos suspeitos identificados	1	1	1	1	1

Quadro 15 - Metas anuais para as ações de fiscalização (período 2015-2019)

4.2.8. Orçamentos e Responsáveis

Objetivos estratégicos	Ações de sensibilização	Metas e Indicadores Anuais				
		2015	2016	2017	2018	2019
Sensibilização dos proprietários florestais	Sensibilizar os proprietários e produtores florestais relativamente às melhores técnicas de exploração florestal, tendo em conta a prevenção de incêndios	Câmara Municipal	200 €	200 €	200 €	200 €
		Junta de Freguesia	100 €	100 €	100 €	100 €
		ICNF	Disponibilização de cartazes e folhetos	Disponibilização de cartazes e folhetos	Disponibilização de cartazes e folhetos	Disponibilização de cartazes e folhetos
		GNR	0 €	0 €	0 €	0 €
		Bombeiros Voluntários	0 €	0 €	0 €	0 €
	Sensibilizar os proprietários e produtores florestais para as medidas de prevenção de incêndios florestais	Câmara Municipal	300 €	300 €	300 €	300 €
	Envolver a população escolar em datas comemorativas	Agrupamento da Escola de Barrancos	200 €	200 €	200 €	200 €

Quadro 16 - Estimativa orçamental anual e entidade responsável pelas ações de sensibilização definidas

Objetivos estratégicos	Ações de sensibilização	Metas e Indicadores Anuais				
		2015	2016	2017	2018	2019
Educação e sensibilização da população escolar	Sensibilizar as crianças e jovens para a problemática dos incêndios	Câmara Municipal	100 €	100 €	100 €	100 €
		GNR	0 €	0 €	0 €	0 €
		Bombeiros Voluntários	0 €	0 €	0 €	0 €
	Envolver a população escolar em datas comemorativas	Agrupamento da Escola de Barrancos	200 €	200 €	200 €	200 €
Sensibilização de agricultores e população em geral	Educar a população sobre as medidas de segurança a adotar no uso do fogo	Câmara Municipal	100 €	100 €	100 €	100 €

Quadro 16 (cont.) - Estimativa orçamental anual e entidade responsável pelas ações de sensibilização definidas

			Estimativa de Orçamento				
Ações de Fiscalização	Metas	Responsáveis	2015	2016	2017	2018	2019
Proteger as zonas de interface urbano/florestal e eliminar o uso do fogo nos espaços rurais durante o período crítico através da fiscalização de comportamentos de risco nos espaços rurais (GNR SEPNA)	Identificar as parcelas em incumprimento relativamente à gestão de combustíveis a menos de 50 metros de edificações.	GNR	Orçamento da responsabilidade da respetiva entidade				
	Verificar o cumprimento das faixas de gestão de combustíveis junto à rede viária, rede elétrica, aglomerados populacionais e zonas industriais						
	Deteção de fogueiras, queimas de sobranes, queimadas, lançamento de foguetes, uso de maquinaria e depósitos de madeiras e outros produtos inflamáveis durante o período crítico						

Quadro 17 - Estimativa orçamental anual e entidade responsável pelas ações de fiscalização definidas

4.3. Eixo 3 – Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios

O terceiro eixo estratégico pretende melhorar a eficácia do ataque e da gestão de incêndios. Neste sentido é fundamental a organização de um dispositivo que preveja a mobilização de meios e recursos, de forma a garantir a deteção e extinção dos mesmos, devendo esta ser uma prioridade ao nível do planeamento.

Neste Capítulo são identificados e definidos os canais de comunicação presentes no Município, explicadas as formas de atuação das equipas responsáveis pela DFCI, feito o levantamento das responsabilidades e competências das várias forças e entidades presentes no Município de Barrancos.

Toda a informação apresentada irá contribuir para uma melhor e mais eficaz resposta em caso de incêndio florestal.

Objetivos Estratégico	- Articular os sistemas de vigilância e deteção com os meios de 1.ª intervenção; - Adequar a capacidade de 1.ª intervenção; - Melhorar a eficácia do rescaldo e vigilância pós-incêndio.
Objetivos Operacionais	- Estruturar e gerir a vigilância e a deteção como um sistema integrado, procurando-se a interação com as diferentes entidades no âmbito municipal; - Estruturar a operacionalidade da 1.ª intervenção ao nível municipal e distrital (triangulação de meios); - Garantir a correta e eficaz execução do rescaldo e da vigilância pós incêndio; - Reforçar a eficácia do combate terrestre ao nível municipal, intermunicipal, distrital e com os parceiros espanhóis (INFOCA, INFOEX e Consórcio Bombeiros de Huelva); - Garantir uma correta e eficaz execução do rescaldo e da vigilância pós-incêndio. - Integrar e melhorar os meios de planeamento, previsão e apoio à decisão.
Ações	- Executar a inventariação dos meios e recursos existentes; - Definir os sectores territoriais DFCI e locais estratégicos de estacionamento (LEE) para as ações de vigilância e deteção, 1.ª intervenção, combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio; - Identificar e/ou definir os sistemas de vigilância e deteção; - Identificar os elementos do território relevantes para apoio à decisão.

4.3.1 Avaliação

A organização de um dispositivo de DFCI deve considerar a disponibilidade dos recursos existentes, de modo a que a deteção e a extinção rápidas sejam garantidas, antes que os incêndios atinjam proporções elevadas.

De forma a garantir uma resposta melhor e mais eficaz de todos a questão dos incêndios florestais, afigura-se preponderante que sejam previamente definidos os canais de comunicação, as formas de atuação, o levantamento de responsabilidades e as competências das forças e entidades existentes (ICNF, 2012).

4.3.2. Vigilância e Deteção nas diferentes fases de perigo

A vigilância dos espaços rurais visa contribuir para a redução do número de ocorrências de incêndios florestais, identificando potenciais agentes causadores e dissuadindo comportamentos que propiciem a ocorrência de incêndios.

A vigilância e deteção de incêndio pode ser assegurada por uma rede de postos de vigia em que o objetivo é a identificação imediata e localização precisa das ocorrências de incêndio e a sua comunicação rápida às entidades responsáveis pelo combate.

O concelho de Barrancos possui dois postos de vigia, no entanto existem em outras localidades limítrofes outras infraestruturas (PV) que permitem uma maior abrangência de visibilidade para a deteção de incêndios no concelho de Barrancos.

4.3.2.1. Rede de postos de vigia:

- Posto de vigia da Serra Colorada (Tutela da C.M.B);
- Posto de vigia do Parque de Natureza de Noudar - Barrancos (Propriedade da EDIA);
- Posto de Vigia da Amareleja – Ferrarias - Moura (Tutela G.N.R – Rede Secundária PV)
- Posto de Vigia da Contenda - Moura (Tutela G.N.R – Rede Primária PV)
- Posto de Vigia de Perdigon – Espanha, Oliva (Tutela INFOEX / Espanha)
- Posto de Vigia de Atalaya – Espanha, Aroche (Tutela INFOCA / Espanha)

Conforme podemos observar na Figura 10 a delimitação do traçado de cobertura de visibilidade dos PV referidos, permite-nos identificar os locais de visibilidade nula para a deteção de focos de incêndio, ocorrendo estes principalmente em zonas de vales com declives mais acentuados.

As zonas sem visibilidade, localizam-se maioritariamente a ESTE do concelho, devendo por isso estar sujeitas a uma vigilância mais atenta, por parte das equipas de DFCl.

Nas zonas em que a visibilidade é reduzida, a vigilância é complementada com a equipa de sapadores florestais (ESF) da C.M.B.

A organização de um Sistema de Vigilância Móvel que possa completar o sistema de Vigilância fixa da Rede Nacional de Postos de Vigia é crucial.

Este tipo de vigilância irá abranger a área total do concelho, com especial incidência nas áreas de **Muito Alta e Alta Perigosidade**, nas zonas de sombra da vigilância fixa e nas áreas delimitadas na Carta de Prioridade de Defesa.

A vigilância móvel é efetuada pela Equipa de Sapadores Florestais, com um mínimo de 3 elementos, todos os dias das 12h30 às 19h30 (Período Crítico), conforme percursos pré-marcados.

Após a deteção e transmissão da localização de um foco de incêndio por parte das equipas que atuam tanto nos Postos de Vigia, como na vigilância móvel, a coordenação desse foco será conduzida a partir do Comando Distrital de Operações de Socorro (CDOS) de Beja, o qual, em estreita articulação com outros organismos e/ou instituições, contribui para a prossecução dos objetivos estratégicos definidos para o combate aos incêndios florestais, podendo vir a contar com o reforço de meios espanhóis (Infoca / Infoex).

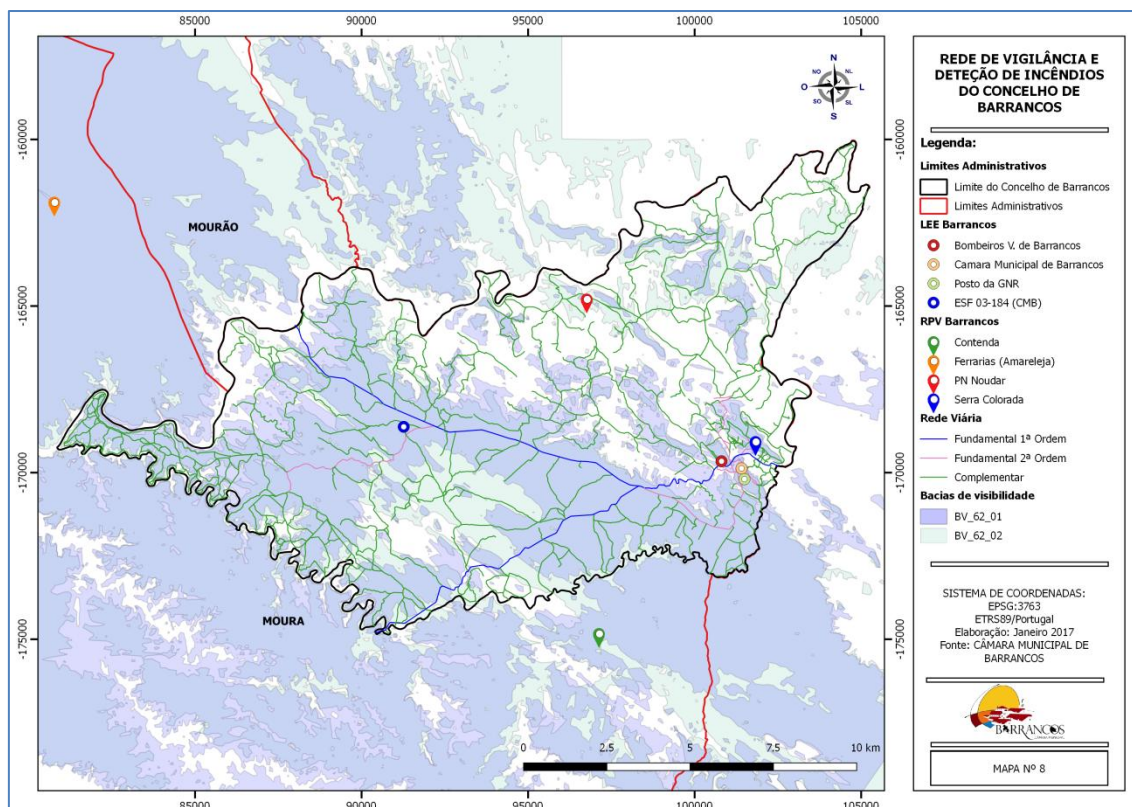


Figura 10 – Mapa da rede de vigilância e detecção

Fases de Perigo	Equipas			Total Equipas	Nº Incêndios
	GNR (PV)	GNR (SEPNA)	ESF - CMB		
ALFA 01Jan / 14Mai		1	1	2	49
BRAVO 15Mai / 30Jun	1	1	1	3	
CHARLIE 01Jul / 30Set	2	1	1	4	
DELTA 01Out / 31Out	1	1	1	3	
ECHO 01Nov / 31Dez		1	1	2	

Quadro 18 - Relação entre o número de incêndios florestais e o número total de equipas de vigilância e detecção (móveis e PV) nas fases de perigo – Alfa, Bravo, Charlie, Delta e Echo (2004 / 2016)

Da análise ao quadro anterior, atendendo ao período de 12 anos, ocorrerem somente 49 incêndios, constata-se que como seria expetável, a Fase *Charlie* é a que apresenta maior número de equipas de vigilância e detecção (vigilância fixa e móvel).

4.3.3. Tempo de chegada da 1.ª intervenção nas diferentes fases de perigo

Encontra-se superiormente definido o tempo médio de chegada do 1º meio ao TO = 20'.

Desta forma, assume-se como certeza fundamentada que o tempo de chegada dos meios de ataque inicial ao local de ocorrência constitui um fator crítico na eficácia da extinção do incêndio nascente, procurando que esta intervenção seja o mais musculada possível, para evitar que os incêndios tomem grandes proporções.

De realçar que a ESF, posiciona-se no LEE 1 (Eira das Viúvas, junto à EN 386), com o principal propósito de repartir o espaço físico do concelho com a equipa 1ª intervenção dos BVB, procurando-se desta forma, diminuir o tempo de chegada à zona Oeste / Sudoeste / Noroeste do mesmo. Por outro lado, a equipa 1ª intervenção dos BVB posicionada no quartel dos bombeiros, permitirá uma intervenção mais célere na zona Este / Sudeste / Nordeste do concelho.

Fases de Perigo	Equipas / Elementos			Total Equipas ATI	Total de Elementos	Nº Incêndios
	BVB	ESF	Meios Espanhóis (Terrestres / Aéreos)			
ALFA 01Jan / 14Mai	0	0	0	0	0	49
BRAVO 15Mai / 30Jun	1 (5 BB)	1 (3 SF)	2 (7 SF)	4	15	
CHARLIE 01Jul / 30Set	1 (5 BB)	1 (3 SF)	2 (7 SF)	4	15	
DELTA 01Out / 31Out	0	0	0	0	0	
ECHO 01Nov / 31Dez	0	0	0	0	0	

Quadro 19 - Relação entre o número de incêndios florestais e equipas / elementos ATI nas fases de perigo – Alfa, Bravo, Charlie, Delta e Echo (2004 / 2016)

4.3.4. Rescaldo e vigilância pós-incêndio nas diferentes fases de perigo

Tanto as operações de combate como as operações de rescaldo, são extraordinariamente necessárias para garantir a total extinção de um incêndio, asseguradas por entidades com responsabilidade no combate a incêndios florestais sob a orientação da Autoridade Nacional de Proteção Civil. Estas operações de rescaldo envolvem Bombeiros, ESF e demais entidades preparadas e equipadas para tal missão.

Ao longo dos últimos anos, não se registaram reacendimentos nas ocorrências intervencionadas.

4.3.5 Planeamento das ações referentes ao 3.º eixo estratégico

4.3.5.1. Metas e Indicadores

Fases de Perigo	Ação	Metas	Indicadores				
			2015	2016	2017	2018	2019
ALFA 01Jan / 14Mai	Vigilância / Detecção	Diminuir o índice – nº IF / nº equipas vigilância/detecção	<4	<3	<2	<1	0
BRAVO 15Mai / 30Jun	Vigilância / Detecção	Diminuir o índice – nº IF / nº equipas vigilância/detecção	<4	<3	<2	<1	0

CHARLIE 01Jul / 30Set	1ª Intervenção	Diminuir o índice – nº IF / nº equipas ATI	<4	<3	<2	<1	0
	Rescaldo / Vigilância pós IF	Nº Reacendimentos = Nulo (0)	<4	<3	<2	<1	0
DELTA 01Out / 31Out							
ECHO 01Nov / 31Dez	Vigilância / Detecção	Manter o índice nulo – nº IF / nº equipas vigilância/detecção	<4	<3	<2	<1	0

Quadro 20 – Relação entre os Indicadores anuais, as ações a desenvolver e as

Metas a atingir nas fases de perigo – Alfa, Bravo, Charlie, Delta e Echo

4.3.5.2. Orçamentos e Responsáveis

Ação	Entidade Responsável	Orçamentos				
		2015	2016	2017	2018	2019
Vigilância / Detecção	- BVB - ESF - GNR - EDIA - CMB	Despesas afetas a cada entidade atendendo ao orçamento e á conjuntura anual das mesmas.				
1ª Intervenção	- BVB - ESF - ANPC	Despesas afetas a cada entidade atendendo ao orçamento e á conjuntura anual das mesmas.				
Combate	- BVB - ANPC - ICNF - Infoca - Infoex - CBH	Despesas afetas a cada entidade atendendo ao orçamento e á conjuntura anual das mesmas.				
Rescaldo / Vigilância pós IF	- BVB - ANPC - ESF - Infoca - Infoex - CBH	Despesas afetas a cada entidade atendendo ao orçamento e á conjuntura anual das mesmas.				

Quadro 21 – Responsáveis e Orçamento: Ações Vigilância e deteção, 1.ª intervenção, rescaldo e vigilância pós-

4.4. Eixo 4 – Recuperação e Reabilitação de Ecossistemas

A recuperação de áreas ardidas é o primeiro e importante passo para tornar os ecossistemas mais resilientes aos incêndios florestais e presume dois níveis de atuação:

* **Intervenções a curto prazo**, designadas por **estabilização de emergência**, que têm como objetivo evitar a degradação dos recursos (água e solo) e das infraestruturas (rede viária florestal e passagens hidráulicas). Definem-se prioridades de ação em função do declive, da dimensão da encosta e da cobertura do solo.

* **Intervenções a médio prazo**, chamadas por **reabilitação de povoamentos e habitats florestais**, que têm como objetivo o restabelecimento do potencial produtivo e ecológico dos espaços florestais afetados pelos incêndios ou por agentes bióticos na sequência dos mesmos.

Este tipo de intervenção prevê constituir uma oportunidade de criar alterações estruturais no território, infraestruturando e requalificando os espaços florestais de acordo com os princípios de DFCI e boa gestão florestal.

Atualmente, não se regista no concelho de Évora nenhuma área com necessidade deste tipo de recuperação e reabilitação de ecossistemas, no entanto podem-se identificar duas zonas de maior risco onde, na eventualidade de ocorrer um incêndio de grandes dimensões, haverá com certeza necessidade de despoletar uma atuação de emergência, designadamente na envolvente do rio Degebe e especialmente na Serra de Valverde, na envolvente de Monfurado (Figura 24), que sendo contígua, é palco de atividade florestal de produção com espécies de crescimento rápido e elevada combustibilidade.

Objetivos Estratégico	- Recuperar e reabilitar ecossistemas.
Objetivos Operacionais	- Avaliar e mitigar os impactes causados pelos incêndios e implementação de estratégias de reabilitação a curto e médio prazo.
Ações	- Identificar as necessidades de ações de emergência e de reabilitação para evitar a degradação de recursos e infraestruturas a curto e médio prazo; - Definir tipologias de reabilitação dirigido à recuperação de áreas ardidas, promovendo o controlo de erosão, proteção da rede hidrográfica, defesa das infraestruturas e das estações e habitats mais sensíveis.

4.4.1. Avaliação

Recuperar e reabilitar os ecossistemas é o grande objectivo que se pretende atingir no 4º Eixo Estratégico, sendo a avaliação e mitigação dos impactos causados pelos incêndios e implementação de estratégias de reabilitação a longo prazo, os objectivos operacionais que se pretendem alcançar no presente PMDFCI.

A importância e a urgência da intervenção na recuperação das áreas ardidas têm sido especialmente reconhecidas após a dimensão dos incêndios dos últimos anos. As grandes extensões afectadas, a nova geografia do fogo (que atingiu áreas antes pouco percorridas pelos incêndios), e o incipiente conhecimento técnico e científico utilizável para a posterior gestão dessas áreas ardidas fez com que surgissem diversas iniciativas privadas e públicas.

Após a ocorrência de um incêndio há todo um conjunto de efeitos que se manifestam na mancha ardida, assim como em toda a sua área envolvente. Desta forma, torna-se premente abordar a questão dos incêndios no que diz respeito aos efeitos nos povoamentos florestais, aos efeitos no solo e no regime hídrico e aos efeitos na dinâmica dos ecossistemas.

Para cada área, ao ser atingida por incêndios florestais deverá ser elaborado um plano específico dirigido á recuperação de áreas ardidas que passará pela adoção das estratégias delineadas no âmbito do Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo Central e as “Orientações Estratégicas para a Recuperação das Áreas Ardidas” aprovadas pelo Conselho Nacional de Reflorestação em 30 de junho de 2005.

Por princípio geral, terminada a época de incêndios deverá ser avaliada a necessidade de intervenção nas áreas ardidas, de acordo com os critérios expostos no esquema seguinte:

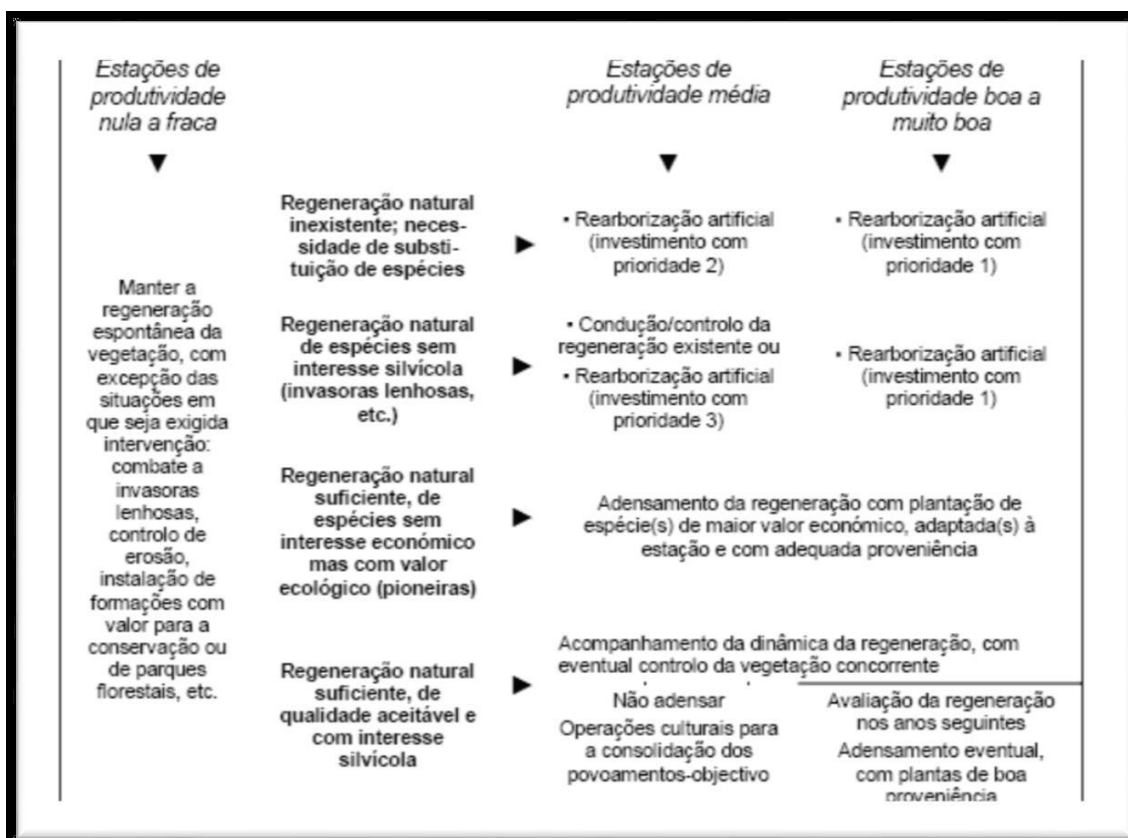


Figura 22 - Critérios para as intervenções na recuperação de áreas ardidas (Fonte: Orientações Estratégicas para a Recuperação de Áreas Ardidas)

Após a ocorrência de incêndios, o proprietário florestal ou entidade pública, deverá seguir as boas práticas de gestão pós fogo procurando mitigar os seus efeitos negativos.

Esta fase designada por estabilização de emergência, deverá ocorrer imediatamente após a conclusão do incêndio, sendo crucial para travar fenómenos de erosão que, além da perda de solo, refletem impactos consideráveis nos recursos hídricos ao nível da diminuição da capacidade de retenção das águas no solo, assoreamento e consequente diminuição das secções de vazão e alteração do regime de cheias.

Por forma a combater estes efeitos imediatos, dever-se-ão aplicar técnicas que fomentem as condições de infiltração da água no solo e barreiras que promovam a acumulação das cinzas, podendo mesmo existir necessidade de recorrer a técnicas da engenharia natural que reduzam pontualmente o caudal de cheia aumentando o tempo de concentração dos resíduos.

4.5. Eixo 5 – Adaptação de uma Estrutura Orgânica e funcional eficaz

Objetivos Estratégico	Operacionalizar da Comissão Municipal de Defesa da Floresta
Objetivos Operacionais	Fomentar as operações de DFCI e garantir o apoio técnico e logístico;
Ações	- Identificar a entidades competentes no SDFCI e as respetivas competências na implementação de ações - Planificar a formação das entidades intervenientes no SDFCI - Promover a articulação entre entidades intervenientes no SDFCI, visando a melhoria qualitativa da informação contida no POM - Elaborar o cronograma de reuniões da CMDF - Estabelecer a data de aprovação do POM - Definir o período de vigência do PMDFCI e do POM

4.5.1. Avaliação

Para fazer-se frente a todo um conjunto de competências, é importante e necessário, desenvolverem-se / dinamizarem-se ações concertadas entre os diversos e diferentes Agentes Proteção Civil (APC) e outros.

Estas ações deverão assentar em áreas como: SGO, SIG, reuniões técnico operacionais (âmbito municipal, supra municipal e transfronteiriças...), exercícios / treinos...

4.5.1.1. Necessidades de formação dos agentes locais do SDFCI

Entidades	Nº Elementos	Necessidade Formação - DFCI
SMPC – GTF + GPC / JF / EDIA-PNN / GNR / Infoca / Infoex / CBH / Proprietários Privados...	50	- SGO (sistema gestão operações) - SIG (sistema informação geográfica) - Incêndios Florestais (comportamento, segurança, ...) - PCO (posto comando operacional) - ...

Quadro 23 - Identificação das necessidades de formação dos APC do SDFCI

4.5.2. Planeamento das ações referentes ao 5.º eixo estratégico

As ações definidas no PMDFCI por cada entidade, apenas serão possíveis através da articulação e convergência de esforços dos diferentes organismos intervenientes na DFCI. Esta articulação requer uma organização que proporcione o trabalho de equipa e avalie os resultados das suas ações.

A atribuição de responsabilidades, neste âmbito às diferentes entidades, nomeadamente, ao Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) e Guarda Nacional Republicana (GNR), obriga-os a constituir uma organização interna funcional, capaz de satisfazer de forma coerente e com elevado nível de resposta o cumprimento das missões que lhes são conferidas.

Para serem alcançados os objetivos da DFCI importa garantir que, cada entidade interveniente no município com competências ao nível dos diferentes eixos estratégicos do PMDFCI, se articule de modo eficiente e concertado com as suas congéneres.

Ao nível municipal, a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (CMDFCI) constitui-se como estrutura de articulação entre as diferentes entidades e tem como missão a coordenação de ações no que concerne à definição de políticas e orientações no âmbito da DFCI, sendo o PMDFCI o instrumento orientador do planeamento integrado dessas ações.

No concelho de Barrancos esta comissão apresenta a seguinte constituição:

- Presidente da Câmara Municipal
- Coordenador Operacional Municipal
- Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas
- Guarda Nacional Republicana
- ANPC – CDOS Beja
- Bombeiros Voluntários
- Junta de Freguesia
- Câmara Municipal – SMPC / GTF
- Câmara Municipal – UOSU / UAF / UASC, outros serviços (caso se justifique)
- EDP Distribuição Energia, S.A.
- Infraestruturas Portugal, S.A.
- Forças Armadas (Representante RI 1)
- Outras Entidades Nacionais e/ou Espanholas (caso se justifique)

Esta Comissão deverá garantir uma ação concertada ao nível do concelho, integrando diferentes competências, experiências e conhecimentos das diferentes entidades nela representada.

Caberá á CMDFCI, definir e estabelecer a comunicação e a articulação das diferentes entidades com responsabilidade na gestão do território, vigilância e combate a incêndios.

A operacionalização deste Plano, nomeadamente no que às ações de vigilância, fiscalização, 1ª intervenção, combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio concerne, concretiza-se através do Plano Operacional Municipal (POM) que personaliza a execução destas ações, permitindo otimizar anualmente a distribuição de meios materiais e humanos pelas diferentes atividades.

Em caso de emergência, competirá à CMDFCI apoiar a Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC), pois será esta a cumprir a função de coordenação institucional das operações de combate, socorro e assistência às populações e grupos operacionais (definidos no Plano Municipal de Emergência) assim como, estabelecer a ligação com a ANPC - Comando Distrital de Operações de Socorro (CDOS).

4.5.2.1. Competências das entidades intervenientes no SDFCI

Entidades	Responsabilidades
Câmara Municipal	Presta o apoio necessário na disponibilização através da coordenação operacional do SMPC, de meios, recursos, pessoal e apoio logístico das operações de combate a incêndios florestais. Quando acionado o Plano de Emergência Municipal nos termos da legislação e diretivas operacionais, o presidente da Câmara Municipal ou o vereador do pelouro assume a direção das operações e a coordenação institucional dos serviços e agentes no âmbito da Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC). Cabe a este declarar as situações de Alerta e divulgação de avisos à população de acordo com o índice de risco de incêndio, coordenando a nível local, as ações de DFCI, a sinalização de infraestruturas florestais de prevenção e proteção da floresta bem como o desenvolvimento de ações de sensibilização da população.
Serviço Municipal de Proteção Civil	Garantir em sede de POM a coordenação de todas as entidades intervenientes; operacionalizar as ações de silvicultura preventiva, nomeadamente a limpeza de matos, limpeza e beneficiação de caminhos e criação de zonas de descontinuidade; operacionalizar as campanhas de sensibilização das populações. Desenvolver e coordenar todas as tarefas e apoio logístico necessário á sustentação das operações e previsto na legislação e diretivas em vigor da responsabilidade e no âmbito das competências da Câmara Municipal, assim como acompanhar todas as ocorrências de modo a manter os responsáveis municipais informados assim como assegurar e acompanhar as funções e atribuições do GTF tendo em conta que o mesmo se encontra integrado no SMPC.
Forças Armadas (RI 1)	A colaboração das FA será requerida de acordo com os planos de envolvimento aprovados ou quando a gravidade da situação assim o exija, de acordo com a disponibilidade e prioridade de emprego dos meios Militares, mas sempre enquadrada pelos respetivos Comandos Militares e legislação específica. O Pedido desta colaboração é efetuado pelo CODIS à ANPC, a coordenação das ações e dos meios das FA, a nível do CNOS, é feita através do seu oficial de ligação adstrito aquela estrutura. A pedido da ANPC e de acordo com os planos próprios e disponibilidade de recursos, colaboram com: • Meios humanos e materiais para atividades de vigilância e deteção, em coordenação com a GNR, rescaldo e vigilância ativa pós-rescaldo; • Máquinas de Rasto (MR) para combate indireto a incêndios, defesa de aglomerados populacionais e apoio ao rescaldo; • Apoio logístico às forças de combate no TO, nomeadamente infraestruturas, alimentação, água e combustível; • Apoio à evacuação de populações em perigo; • Disponibilização de infraestruturas para operações de meios aéreos, nacionais ou estrangeiros, apoio logístico e reabastecimento de aeronaves ao serviço da ANPC, quando exequível e previamente coordenado; • Disponibilização de meios aéreos dedicados à vigilância, deteção e reporte de incêndios; • Apoio à vigilância e deteção de incêndios quando da realização de missões regulares das Forças Armadas.

Entidades	Responsabilidades
Guarda Nacional Republicana	Cumprir todas as missões que legalmente lhe estão atribuídas, em conformidade com a Diretiva Operacional própria. Compete a realização de ações de prevenção, vigilância, deteção e fiscalização, e de condicionamento de acesso, circulação e permanência de pessoas e bens no interior de zonas críticas bem como missões de fiscalização sobre o uso do fogo, queima de sobranes, realização de fogueiras e a utilização de foguetes ou outros artefactos pirotécnicos, procedendo ainda à investigação das causas dos incêndios. Acompanhar as operações a desenvolver no âmbito do PMDFCI. Ainda no período crítico, deverá assegurar um patrulhamento permanente na sua área de atuação. Exerce ainda na sua área de atuação ações de apoio de forma a garantir a segurança nas ações de combate aos incêndios no que respeita ao condicionamento da circulação e abertura de corredores de emergência na zona do sinistro de modo a facilitar a movimentação dos meios de apoio às operações. Apoia na evacuação de populações em perigo. Garante o funcionamento da Rede Nacional de postos de Vigia de acordo com o calendário estipulado.
Bombeiros Voluntários	Desenvolvem todas as ações que conduzam a uma imediata intervenção terrestre ou aérea e ao rápido domínio e extinção de incêndios florestais, potenciando permanentemente a atuação articulada do dispositivo, bem como as respetivas operações de rescaldo e de vigilância ativa pós-rescaldo, garantindo a consolidação da extinção. O CB local, também é responsável pelo apoio ao TO, envolvendo elementos guia para reconhecimento e orientação no terreno das forças dos Bombeiros em reforço da sua AA. Compete a um elemento de comando do CB, com a responsabilidade da área onde decorre o incêndio florestal, a função de comandante de operações de socorro (COS). O CB disponibiliza ainda, diariamente ao CDOS, o respetivo quadro de meios que estejam prontos para a intervenção. Assumir o apoio logístico de alimentação do pessoal, reabastecimento de viaturas com água e combustível, logo que o incêndio evolua. O COS deverá envolver o SMPC no apoio logístico mais diferenciado às forças de socorro e entidades técnicas de apoio de forma a garantir-se a sustentação das operações de combate por várias horas.
Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas	Coordena as ações de educação, sensibilização e informação pública desenvolvidas pelas entidades públicas ou privadas, numa estratégia de comunicação integrada dirigida para o grande público, para grupos específicos da população, e para a população escolar. Assegura, através do Oficial de Ligação do ICNF, apoio técnico especializado ao CNOS e CDOS, através de disponibilização de informação técnica de apoio à decisão. Elabora e divulga a cartografia de apoio à decisão para utilização do CDOS, e disponibiliza relatórios sobre incêndios florestais. Presta apoio técnico relativamente aos procedimentos a seguir nas operações de gestão de combustíveis e nas ações de recuperação e reabilitação dos espaços florestais de forma a garantir a integridade dos ecossistemas intervencionados e na definição das estratégias de apoio ao desenvolvimento sustentável dos espaços florestais.
Junta de Freguesia	Acompanhar de perto as intervenções definidas para cada uma das freguesias do concelho e esclarecer a população sobre a utilidade das ações postas em prática. Competirá, também às juntas de freguesia alertar a CMDFCI para aspetos que precisem ser considerados ou alterados e garantir a permanente atualização do inventário de meios disponíveis. Colaboram com a Câmara Municipal nas ações de apoio logístico às operações, na divulgação de informação à população, em ações de sensibilização assim como a difundir os avisos à população de acordo com o risco de incêndio. Podem criar grupos de auto defesa dos aglomerados populacionais com o respetivo Kit de primeira intervenção, salvaguardando sempre a formação do pessoal para que possam atuar em segurança, grupos este que trabalharão em estreita articulação operacional com o SMPC.
Autoridade Nacional Proteção Civil – CDOS Beja	Desenvolve todas as ações de coordenação, que conduzam a uma imediata intervenção terrestre ou aérea e ao rápido domínio e extinção de incêndios florestais, potenciando permanentemente a atuação articulada do dispositivo, bem como as respetivas operações de rescaldo e de vigilância ativa pós-rescaldo, garantindo a consolidação da extinção. Articula-se com as demais entidades e escalão superior, no sentido de poder reforçar o TO com meios técnicos e operacionais
Equipa Sapadores Florestais	Responsáveis pela vigilância e deteção, 1ª intervenção, rescaldo e vigilância pós-incêndio, enquadrando-se no TO e cumprindo o estipulado pelo SGO.

Entidades	Responsabilidades
Estradas de Portugal - EP	Responsável pela construção/manutenção das FGC nas áreas que lhe compete
Infraestruturas Portugal, S.A.	Responsável pela construção/manutenção das FGC nas áreas que lhe compete
Proprietários privados e/ou públicos	- Responsável pela construção/manutenção das FGC nas áreas que lhe compete - Responsável pela manutenção das redes de pontos de água da sua competência e pela vigilância/deteção.

Quadro 24: Identificação de responsabilidade na DFCL por entidades

4.5.2.2. Programa de Formação / Treinos Operacionais

Programa Formação	Entidades Alvo	Nº Participantes	Orçamentos				
			2015	2016	2017	2018	2019
Planeamento Municipal no âmbito da DFCL	CMB / JF	3	X		X		
Manutenção e Gestão de Faixas de Gestão de Combustível	CMB / JF	3		X		X	
Formação de base no âmbito da DFCL /Dispositivo Municipal	CMB / JF	3	X		X		X
SGO / Incêndios Florestais / PCO / SIG...	SMPC – GTF + GPC / JF / EDIA-PNN / GNR / Infoca / Infoex / CBH / Proprietários Privados...	50		X			X

Quadro 25 - Programa de Formação

4.5.2.3. Atividade da CMDFCI

O normal e correto funcionamento da CMDFCI, passa pela definição das responsabilidades de cada uma das entidades que a compõem e pela realização de reuniões “ordinárias”, que permitam àquelas entidades acompanhar de perto o evoluir das operações e definir estratégias conjuntas de Ação. A realização de reuniões possibilita ainda a responsabilização perante a CMDF de cada uma das entidades que têm a seu cargo ações definidas no PMDFCI, assim como a apresentação e discussão de propostas.

Neste sentido, definiu-se que esta Comissão terá pelo menos duas reuniões anuais “ordinárias”, uma na 2ª quinzena de Janeiro para aprovação do POM e uma na 2ª quinzena de Outubro para balanço do DECIF, em dias a definir.

4.5.2.4. Estimativa de orçamento para implementação do PMDFCI

A estimativa do orçamento em cada eixo estratégico do PMDFCI, para o desenvolvimento das atividades necessárias ao cumprimento das metas definidas em cada ação, assenta nos orçamentos de cada entidade / ano, consoante as suas prioridades de intervenção em cada uma das ações.

Porém, esta estimativa de orçamento permite ter uma apreciação do investimento em termos de DFCI por eixo estratégico, para cada ano do período de vigência do PMDFCI, atendendo ao anteriormente referido.

Contudo, uma vez que estamos perante diversas entidades, propõe-se que cada uma delas elabore uma proposta de orçamento anual, de modo a ter uma estimativa do valor total de implementação do PMDFCI, a ser apresentada na reunião da CMDFCI de Outubro, referente ao ano seguinte, permitindo desta forma, estimar de forma mais objetiva possível a previsão dos investimentos a desenvolver por cada entidade em cada ano.

Eixos Estratégicos	Entidade Responsável	Orçamentos				
		2015	2016	2017	2018	2019
1º EIXO (REDE DE FGC E MPGC / RVF / RPA)	- CMB - GNR - EDIA - PNN - IP - EDP - ICNF - Proprietários Privados	Despesas afetas a cada entidade atendendo ao orçamento e á conjuntura anual das mesmas.				
2º EIXO (Sensibilização / Fiscalização)	- CMB - GNR - EDIA - PNN - IP - EDP - ICNF - ANPC / CDOS Beja - Proprietários Privados	Despesas afetas a cada entidade atendendo ao orçamento e á conjuntura anual das mesmas.				
3º EIXO (Vigilância e Deteção / 1ª Intervenção / Combate / Rescaldo / Vigilância pós IF)	- CMB - ESF - GNR - BVB - ANPC / CDOS Beja - ICNF - Infoca - Infoex - CBH - Proprietários Privados	Despesas afetas a cada entidade atendendo ao orçamento e á conjuntura anual das mesmas.				

Eixos Estratégicos	Entidade Responsável	Orçamentos				
		2015	2016	2017	2018	2019
4º EIXO (Recuperar e reabilitar ecossistemas)	- CMB - ICNF - Proprietários Privados	Despesas afetas a cada entidade atendendo ao orçamento e á conjuntura anual das mesmas.				
5º EIXO (Formação / Treinos Operacionais)	- CMB - ESF - GNR - BVB - ANPC / CDOS Beja - ICNF - Infoeca - Infoex - CBH - Proprietários Privados	Despesas afetas a cada entidade atendendo ao orçamento e á conjuntura anual das mesmas.				

Quadro 26 – Estimativa de orçamento para implementação do PMDFCI